



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
[www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt)

---

A Política Angolana e a Imprensa Portuguesa ♦

---

**Anabela Carvalho**

Professora Auxiliar

[carvalho@ics.uminho.pt](mailto:carvalho@ics.uminho.pt)

Universidade do Minho  
*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga  
Portugal

---

♦ CARVALHO, A. (1995) "A Política Angolana e a Imprensa Portuguesa", Relatório produzido para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa.

## **Relatório**

Carvalho, Anabela (1995) 'A Política Angolana e a Imprensa Portuguesa', Relatório produzido para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa

### **Resumo:**

Os *media* têm uma intervenção crescente nos processos políticos. A representação das políticas nacionais e internacionais nos *media* é cada vez mais determinante na condução dessas políticas. Neste projecto, analisa-se o papel dos *media* de um país - Portugal - para a política interna e externa de outro país - Angola. O objectivo fundamental deste trabalho, que incide sobre os anos de 1991 e 1992, é estudar o papel que a imprensa portuguesa tem na dinâmica política angolana e nas relações políticas entre Portugal e Angola. A relação entre o sistema mediático português e os sistemas políticos angolano e português é equacionada a dois níveis: efeitos dos *media* sobre a decisão e a acção política, e modalidades de utilização dos *media* pelos actores políticos.

Para responder aos objectivos definidos, foram entrevistados cerca de 20 decisores políticos portugueses e angolanos, diplomatas e jornalistas, procurando-se conhecer a sua percepção sobre as inter-influências referidas, e procedeu-se à análise de cerca de 200 artigos de imprensa.

**Palavras-chave:** Angola; imprensa portuguesa; media; política

## Índice

Introdução .....	3
I. Enquadramento Teórico.....	6
1. Teoria da Decisão Política .....	6
2. Teorias sobre os Efeitos dos <i>Media</i> .....	7
3. Teorias sobre os <i>Media</i> e a Política .....	8
II. Metodologia.....	9
III. Análise Processual do Papel da Imprensa na Decisão Política.....	10
1. Percepção do Papel da Imprensa pelos Actores Políticos .....	12
1.1. Percepção dos Actores Políticos Angolanos .....	12
1.2. Percepção dos Actores Políticos Portugueses.....	16
2. Percepção dos Jornalistas .....	20
IV. Representação da Política Angolana na Imprensa Portuguesa.....	29
1. Análise de Conteúdo de Textos de Imprensa - Questões Metodológicas.....	31
2. Resultados de uma Análise de Orientação.....	32
V. Referência Comparativa à Interação da Política Angolana com a Imprensa Norte-Americana .....	39
Conclusões.....	44
 Bibliografia Principal .....	 50
 Apêndice - Lista das Pessoas Entrevistadas.....	 51
 Adenda - Cronologia de Acontecimentos Políticos e Militares em Angola – 1991-1992.....	 52

## INTRODUÇÃO

Os meios de informação têm vindo a adquirir um papel crucial nas dinâmicas políticas. A multiplicação do número de empresas a operar na área da informação e os progressos tecnológicos geradores de novas possibilidades de recolha e difusão de dados estão, entre outros factores, na base de uma cobertura noticiosa cada vez mais intensa e rápida da acção política.

A visibilidade crescente dessa acção suscita algumas transformações. Aumenta a vulnerabilidade dos actores políticos, que ficam sujeitos às interpretações e avaliações produzidas pelos profissionais da informação. A opinião pública passa a constituir uma variável de mais difícil controlo por parte dos agentes políticos.

Os actores políticos tornam-se, então, conscientes da necessidade de integrar estratégias mediáticas nos seus planos de exercício e manutenção do poder. Ao mesmo tempo, são importantes consumidores dos produtos mediáticos, donde assimilam estruturas de entendimento da realidade.

Os *media* têm, assim, uma intervenção cada vez mais determinante nos processos políticos. A condução das políticas nacional e internacional depende cada vez mais da representação das mesmas que é difundida pelos *media*.

Parece-nos, assim, que os *media* surgem como um elemento a ter em conta na análise dos processos políticos nacionais e internacionais.

Para Portugal, Angola tem um lugar de destaque no panorama internacional. A relação especial de comunhão histórica entre os dois países e entre os dois povos explica largamente esse interesse. Os órgãos de comunicação social têm sempre efectuado uma cobertura atenta e interessada da evolução da situação política em Angola.

As duas principais facções políticas angolanas, o MPLA e a UNITA, têm demonstrado uma preocupação notável com a forma como são representados nos meios de informação portugueses. Por repetidas vezes se têm pronunciado acerca desta questão, muitas vezes para manifestar o seu desagrado em relação à cobertura mediática dada em Portugal às suas acções.

A opinião pública portuguesa parece merecer grande atenção da parte dos partidos políticos angolanos. Têm consciência do valor político dessa opinião e, portanto, procuram mantê-la a seu favor. Nos órgãos de informação portugueses, pessoas ligadas às facções políticas angolanas - jornalistas e outros - procuram fazer

passar perspectivas que lhes sejam favoráveis.

A teia de relações entre o sistema político angolano, o sistema mediático português e o sistema político português é, portanto, bastante densa. Parece-nos que uma análise dos desenvolvimentos políticos recentes em Angola e das relações Portugal-Angola deverá integrar o papel dos meios de informação.

Entre princípios de 1991 e o final de 1992, Angola viveu um período extremamente rico de acontecimentos políticos, marcado pelas negociações para a paz, a assinatura dos Acordos de Bicesse, o processo de transição para a paz e para a democracia, a realização de eleições e o reinício da guerra. A situação político-militar, neste período, realiza um percurso "circular": parte-se de um contexto de conflito, atravessa-se uma situação de paz durante mais de um ano, e regressa-se ao conflito, de uma forma mais intensa do que anteriormente.

Neste período, que os *media* cobriram de forma intensiva, parece ter-se assistido a uma inflexão na opinião pública portuguesa. De uma tradição de favoritismo quase generalizado pela UNITA, passou-se a uma oposição, muitas vezes aberta, às suas teses e acções.

O objectivo fundamental deste trabalho, que incidirá sobre o período assinalado, é estudar o papel que os meios de informação portugueses têm na dinâmica política angolana e nas relações políticas entre Portugal e Angola.

Estudaremos o papel que os *media* de um país - Portugal - têm para a política interna e externa de outro país - Angola.

Partimos da hipótese da existência de uma complexa rede de interacções simbióticas entre o sistema mediático português e os sistemas políticos angolano e português.

Pretendemos equacionar a relação entre esses dois tipos de sistema a dois níveis:

- efeitos dos *media* sobre a decisão e a acção política - procuraremos identificar as formas de influência (intencional ou não) do funcionamento dos *media* e das mensagens mediáticas sobre o campo político;
- modalidades de utilização dos *media* pelos actores políticos. Os actores políticos serão aqui concebidos como agentes detentores de "recursos de poder" que lhes possibilitam usar a comunicação social como meio de comunicação com dois tipos de públicos - o público geral (de onde se forma a "opinião pública"), e um público específico - os outros actores políticos, sobre os quais pretendem exercer alguma influência, alguma acção de mudança.

Por sistema político entenderemos, neste estudo, o conjunto de instituições e indivíduos com funções políticas ao nível da administração central de um país (Presidência da República, Assembleia da República e, sobretudo, Governo).

Por sistema mediático entenderemos o conjunto dos órgãos de comunicação social de um país (por razões justificadas à frente, debruçar-nos-emos, basicamente, sobre a imprensa escrita).

A interacção política-*media* é difícil de objectivar. Em grande medida, efectua-se e permanece no domínio do segredo. Por outro lado, o estabelecimento de relações de causalidade na análise dos efeitos dos *media* confronta-se com vários problemas. Há dificuldade em identificar com precisão a contribuição de uma mensagem mediática para a cognição individual. O investigador não poderá conhecer com rigor a medida em que a informação mediática intervém na avaliação que os actores políticos fazem das situações, na definição do conjunto de opções e/ou soluções alternativas que projectam para cada questão política e, especificamente, nas tomadas de decisão. Trata-se de processos basicamente intra-pessoais, que se exteriorizam, parcialmente, apenas em contextos de pequeno grupo (como é o "staff" dos departamentos governamentais). Teremos, assim, acesso apenas àquilo que o entrevistado decidir verbalizar.

Por estas razões, não será nosso objectivo provar a ocorrência de determinados efeitos dos *media*, mas conhecer a percepção que os sujeitos de cada esfera - os actores políticos e os jornalistas - têm, e exteriorizam, relativamente a essa ocorrência. Procurar-se-á identificar a forma como concebem as interferências dos *media* no processo de decisão política. Ao mesmo tempo, procurar-se-á analisar a forma como vêem a intervenção dos actores políticos no campo mediático, como procuram influenciá-lo ou utilizá-lo.

O mapa cognitivo dos actores políticos relativamente à sua interacção com os *media* é fundamental para a sua actuação. A importância dos factores cognitivos nas decisões dos políticos tem sido crescentemente relevada pela psicologia política. As decisões são tomadas em função da realidade percebida por esses actores. Neste estudo, interessar-nos-á conhecer a sua representação mental da relação com o campo dos *media*, e também a dos jornalistas.

Debruçar-nos-emos, por outro lado, sobre as próprias mensagens mediáticas, procurando confrontá-las com a percepção dos políticos e dos jornalistas.

## I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A análise da interacção entre a actividade política e os *media* requer um quadro teórico multidisciplinar. Neste campo estão envolvidas questões de índole política e questões respeitantes à dinâmica e aos efeitos dos *media*, cuja relação importará compreender.

Para o nosso propósito de análise multiteórica, recorreremos a três quadros teóricos: um importado da ciência política, relativo aos processos de decisão política, um segundo quadro referente aos efeitos dos *media* e, finalmente, um terceiro, relativo à participação dos *media* nas dinâmicas políticas, mais directamente ligado ao nosso objecto de análise concreto.

### 1. Teoria da Decisão Política

A questão da tomada de decisão é, obviamente, central nas dinâmicas políticas. A ciência política tem vindo a teorizar acerca dos processos de decisão política, identificando as operações envolvidas e escalonando-as em etapas.

James Anderson (1975) conceptualiza um conjunto de categorias funcionais ou operações que o processo de tomada de decisão compreende:

1- Constituição do Problema: O que é um problema político? O que o torna um problema público? Como é que ele acede à agenda governamental?

2- Formulação de Respostas: Como são desenvolvidas as alternativas para solucionar o problema?

3- Adopção de Resposta(s): Como é que uma alternativa política é adoptada? Que requisitos deve preencher?

4- Implementação: O que é feito para aplicar uma decisão política?

5- Avaliação: Como é medido o impacto de uma política? Quais são as consequências da avaliação política?

Pensamos ser este esquema particularmente adequado para se isolar os vários "momentos" da tomada de decisão política.

## 2. Teorias sobre os Efeitos dos *Media*

O estudo do impacto das comunicações de massa a nível cognitivo, isto é, da sua influência na aquisição e processamento de informação e na formação dos conhecimentos individuais e colectivos, é, a partir da década de setenta, o domínio preferencial da investigação.

No âmbito dos estudos sobre os efeitos cognitivos dos *media* destaca-se uma corrente de análise que tem originado uma vasta e importante produção científica - referimo-nos ao modelo do "agenda-setting". Este modelo concebe a percepção que os indivíduos têm das questões da actualidade como sendo decalcada da representação da realidade nos *media*. Os *media* têm uma função de triagem - seleccionam e hierarquizam as questões da actualidade e, assim, definem aquilo a que prestamos atenção em cada momento e o nosso universo mental acerca do mundo que nos rodeia.

Na aceção de M. McCombs e D. Shaw, os *media* definiriam não apenas o conjunto de questões da actualidade que são consideradas pelos indivíduos, como a posição relativa de cada uma, a relevância que os indivíduos lhe atribuem. A relação de causalidade directa que está expressa nesta teorização será sujeita a algumas críticas, da parte de vários autores. A aprendizagem que os membros do público fazem da agenda dos *media* não é directa.

As conclusões dos estudos dos efeitos cognitivos e, particularmente, do modelo de "agenda-setting" serão debatidas face aos resultados da nossa análise processual da tomada de decisão e da análise de textos de imprensa.

No estudo da influência dos *media*, devem ser distinguidas várias agendas, do nível individual ao colectivo.

A agenda intrapessoal pode definir-se como o conjunto de temas de actualidade que são considerados por um indivíduo, isoladamente considerado.

Em segundo lugar, teremos a agenda interpessoal - o conjunto de temas de actualidade que se expressam na discussão interpessoal, as questões que os indivíduos consideram ter relevância ou interesse para os outros.

O conjunto de questões que são objecto da "atenção pública" compõem a agenda pública que se manifesta através dos diversos estados da opinião pública.

A agenda dos *media* será constituída pelo conjunto de temas de actualidade presentes nos *media* num determinado período de tempo.

Por último, salientemos a existência de uma agenda política.

Tradicionalmente, a função de "agenda-setting" dos *media*, tem sido quase

exclusivamente referida ao seu público "geral", ao cidadão comum. Só recentemente, se começou a relacioná-la com os actores políticos, como público específico dos *media*.

Neste estudo, procurámos conhecer representações intrapessoais da relação entre a agenda política e a agenda dos *media*. Pretendeu-se conhecer a percepção dos jornalistas e dos actores políticos acerca do processo de "agenda-building" de determinada imprensa portuguesa - como é que é definida a agenda desses órgãos de informação, por opção do corpo editorial e por intervenção de determinados actores políticos. Pretendeu-se, também, saber das opiniões acerca da influência da agenda mediática sobre a agenda política.

A imprensa (escrita), segundo vários estudos, tem uma influência mais importante nos processos políticos que a televisão e a rádio. A incidência deste trabalho sobre alguns jornais será, como tal, pertinente.

### 3. Teorias sobre os *Media* e a Política

Nas duas últimas décadas, os papéis e os efeitos políticos dos *media* têm sido objecto de importante produção científica. Os textos produzidos têm, naturalmente, objectivos e alcances diversos. Os "estudos de caso", referentes, sobretudo, a situações de crise política ou sócio-política são, na bibliografia consultada, o tipo de análise mais frequente.

P. O'Heffernan (1991) com base num estudo empírico, procurou isolar e identificar aspectos fundamentais, a partir dos quais construiu um modelo explicativo com um alcance mais ou menos geral.

O'Heffernan considera que hoje a comunidade política e diplomática, por um lado, e a indústria mediática, por outro, são duas instituições globais e complexas, que têm contactos, trocas permanentes a múltiplos níveis.

Este autor vê nos *media* a origem de algumas transformações importantes na política norte-americana: globalização (expansão/ complexificação) da política externa norte-americana; entrada de novos actores na cena política; aceleração do ritmo da política.

O'Heffernan considera que os *media* desempenham dois tipos principais de papéis na sua relação com o campo político. Por um lado, os *media* exercem uma acção importante sobre os processos políticos, têm influência sobre as várias fases desse processo e podem condicionar os *outputs* políticos, as respostas aos problemas. Por

outro lado, os actores políticos procuram utilizar os *media* para obter efeitos específicos. Os *media* funcionarão, nessa situação, como instrumentos políticos, como veículos de *outputs* políticos.

Procuraremos avaliar a medida em que as suas conclusões, relativas à realidade política norte-americana, são extensíveis ao nosso objecto de análise.

## II. METODOLOGIA

No quadro das questões teóricas atrás evidenciadas, ir-se-á proceder à análise das relações entre o sistema político angolano e a comunicação social portuguesa (particularmente, a imprensa escrita). Esta relação tem, também, importantes conexões com o sistema político português.

Para o estudo deste objecto, foi realizado um trabalho empírico, procurando responder aos objectivos enunciados.

Utilizaram-se dois métodos principais para a recolha e análise de dados:

- entrevistas
- análise de conteúdo de textos de imprensa.

De seguida, explicitaremos alguns aspectos metodológicos relativos às entrevistas, cujos resultados são apresentados no capítulo "Análise Processual do Papel da Imprensa na Decisão Política".

A metodologia da análise de conteúdo será apresentada no capítulo relativo à "Representação da Política Angolana na Imprensa Portuguesa".

O nosso objectivo é, como referimos, conhecer a percepção que os políticos e os jornalistas manifestam do papel da imprensa nos processos políticos. Para tal, afigurou-se-nos ser a entrevista a técnica mais adequada. Porém, a técnica de entrevista, no nosso caso dirigida a actores políticos e a jornalistas, apresenta algumas dificuldades que se ligam à natureza do objecto estudado e às circunstâncias que rodeiam a realização da entrevista.

Em situação de entrevista, mesmo "off-the-record" (com a condição de não citação dos entrevistados), as respostas são filtradas de várias formas. A formulação das respostas será condicionada por condições subjectivas e objectivas - como a conjuntura política, o "momentum" político. O receio de implicações de eventuais

declarações sobre a decurso dos acontecimentos será maior se se estiver a estudar um período recente ou um processo político ainda em curso, como é o caso.

Esta circunstancialidade pesará assim nas informações veiculadas, nas relações estabelecidas, nas influências reconhecidas.

Estas dificuldades colocam-se, também, nas entrevistas a jornalistas. Se bem que em menor grau, também estes hesitam em fazer algumas revelações relativas a factos políticos. O seu código deontológico (no respeitante à identificação das fontes, por exemplo) e as ligações que têm com os actores políticos são algumas das condicionantes das suas respostas.

Estamos conscientes de que os resultados do nosso estudo foram afectados por todos estes factores, que são quase incontornáveis. A validade das nossas conclusões ficará, no entanto, salvaguardada uma vez delimitadas estas "fronteiras".

Foram entrevistados dois grupos distintos de indivíduos:

1) Actores políticos e diplomáticos

a) Actores políticos e diplomáticos portugueses envolvidos no processo negocial que conduziu aos Acordos de Bicesse e na CCPM. Integram-se aqui, igualmente, funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros que desempenharam o papel de intermediários entre a acção política e a imprensa (adida de imprensa);

b) Actores políticos e diplomáticos angolanos e personalidades com filiação política nos dois principais partidos políticos angolanos - MPLA e UNITA;

2) Jornalistas ligados a um dos quatro órgãos de imprensa que analisámos (*Diário de Notícias, Público, Expresso, OIndependente*) e tendo feito a cobertura noticiosa da política angolana no período estudado. Todos os entrevistados estiveram em Angola na categoria de correspondentes dos seus jornais. Todos eles escreveram, também, artigos de opinião sobre a política angolana neste período.

### III. ANÁLISE PROCESSUAL DO PAPEL DA IMPRENSA NA DECISÃO POLÍTICA

Na apresentação das percepções dos políticos e dos jornalistas relativamente à interacção do sistema mediático com o sistema político vamos partir dos modelos de O'Heffernan e de Anderson. Com O'Heffernan, vamos distinguir a influência da

imprensa nos processos políticos da sua utilização pelos políticos como *output* político. Com o modelo de Anderson, vamos distinguir as várias fases do processo de tomada de decisão, para cada um dos "papéis" da imprensa.

O'Heffernan teve, como objecto de análise, o papel dos *media* nacionais (norte-americanos) face aos actores políticos nacionais. Este trabalho vai centrar-se sobre o papel dos *media* portugueses (a imprensa, sobretudo) face aos actores políticos de outro país - Angola - e face aos actores políticos portugueses no seu relacionamento com as questões angolanas. Na situação que analisaremos, procurar-se-á identificar a influência que a imprensa de um país - Portugal - pode exercer sobre a política de outro país - Angola - e sobre a relação política entre ambos. A imprensa surgirá também, no caso analisado, no papel de instrumento político, tanto de actores políticos nacionais como, e sobretudo, de actores políticos angolanos.

Através das entrevistas procurámos conhecer a percepção que os actores políticos têm da influência que a imprensa pode ter, globalmente, sobre os processos políticos, e não apenas sobre as suas próprias concepções e actuação. Por outro lado, pedimos que manifestassem a sua opinião sobre a utilização da imprensa como *output* político, pelos actores políticos em geral, e não apenas a utilização que eles próprios possam ter feito. Pensamos que a percepção geral de qualquer actor político relativamente a um e outro aspecto pode ter uma interferência relevante no seu próprio desempenho.

Para além da percepção dos actores políticos, vai interessar-nos a percepção que os jornalistas têm do papel da imprensa.

Efectuámos uma análise semântica de natureza qualitativa das respostas às questões.

É mantido o anonimato dos entrevistados por solicitação expressa de alguns. Passaremos a distingui-los através de uma sigla relativa à respectiva "classe": P P - Político Português; P A - Político Angolano; J - Jornalista. Estas abreviaturas são seguidas de uma letra, correspondente a cada indivíduo. Assim, P P A, por exemplo, significa Político Português A.

## 1. Percepção do Papel da Imprensa pelos Actores Políticos

### 1.1. Percepção dos Actores Políticos Angolanos

Analisaremos de seguida a representação que os políticos (e diplomatas) angolanos têm da influência da imprensa nas diferentes fases do processo de tomada de decisão e da sua importância como recurso ou *output* político.

#### Influência da imprensa nos processos políticos

##### **Implementação (4)<sup>1</sup>**

- A denúncia de algumas realidades políticas (e militares) pela imprensa portuguesa terá conduzido, na opinião de P A C e de P A E a um ajustamento de estratégias de resposta. Por vezes, terá levado a uma "atitude de maquilhagem" por parte dos políticos, ao "disfarce" de certas actuações. Noutros casos, terá conduzido mesmo a um "recuo", a uma revisão das formas de responder aos problemas. "Quando foram denunciados os ataques ao Huambo, por exemplo, o Governo foi obrigado a fazer algumas modificações nas suas estratégias. Os combates deixaram de se fazer na cidade, passaram para outras zonas, onde a cobertura pela comunicação social era mais difícil." ( P A C).

##### **Avaliação (5)<sup>2</sup>**

- A revelação de tais realidades terá conduzido a um "desgaste" da imagem dos políticos (P A E) e a repercussões negativas na sua avaliação pela imprensa portuguesa. Ora, as opiniões divulgadas na imprensa portuguesa são objecto de grande atenção para os políticos angolanos. Estes consideram que os políticos portugueses dedicam também grande atenção a essa imprensa.

Os actores políticos angolanos consideram existir muita afectividade na avaliação que a imprensa portuguesa faz da acção política dos dois principais partidos

---

<sup>1</sup> Entre parênteses apontaremos a "posição" relativa da etapa referida no processo de tomada de decisão, segundo o modelo de Anderson.

<sup>2</sup> A imprensa realiza avaliações da acção política fundamentalmente nos artigos de opinião e nos editoriais. Formula aí uma apreciação da aceitabilidade das decisões políticas. Os actores políticos integram essa apreciação no seu próprio balanço da sua acção. Por outro lado, outros actores políticos, que não os agentes da decisão/acção em análise, do mesmo ou de outros sistemas políticos, absorvem da imprensa uma influência importante na avaliação dos desempenhos políticos.

angolanos. "Os assuntos que dizem respeito a Angola dividem sistematicamente o país e a vida política." (P A C). "As questões angolanas são vistas com muita paixão, dificilmente se abstendo as pessoas de tomar partido [o que conduz a] uma grande falta de objectividade." (P A A).

Ambas as facções acusaram a imprensa portuguesa, na generalidade, de grande parcialidade na avaliação das questões políticas angolanas. Isto explicaria os enviesamentos que se verificariam na cobertura das acções de cada parte.

Nalguns casos, os entrevistados identificaram as posições de fundo dos jornais portugueses: " O *Diário de Notícias* é tipicamente alinhado com o MPLA. O *Expresso* nunca teve simpatias pela UNITA. O *Público* e o *Independente* são mais equilibrados - têm pessoas favoráveis a ambos os lados." (P A C - UNITA). "De entre os jornais portugueses o *Diário de Notícias* e o *Público* são os mais sérios - menos parciais e mais equilibrados." (P A A - MPLA).

Os entrevistados do MPLA reconheceram a existência de alguma mudança na avaliação das partes angolanas pela imprensa portuguesa. P A A sublinha que "até à assinatura dos Acordos de Bicesse, o MPLA tinha que enfrentar uma hostilidade aberta e visceral da parte dessa imprensa." Esta oposição ter-se-ia atenuado depois, progressivamente. Quanto à UNITA, "com o seu canto de sereia", teria seduzido completamente a imprensa portuguesa que, a partir de 1992, depois da tomada de consciência da realidade desse partido teria passado a "recorrer à ambiguidade".

P A B afirma que, em muitos órgãos de informação portugueses, se tem registado uma "maior isenção" no tratamento das questões angolanas, expressa numa "trajectória de mudança da opinião". Considerando que existem ainda empresas de informação "parciais, favoráveis à UNITA", prognostica a sua mudança, "sob o peso da opinião pública".

P A E refere a ocorrência de uma mudança na opinião entre 1991 e 1992 - desde a aceitação, pelo MPLA, da realização de eleições, a sua imagem em Portugal teria começado a tornar-se mais positiva. Por outro lado, a representação da UNITA na imprensa portuguesa teria iniciado uma inflexão desfavorável com a dissidência de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes da UNITA, em Março de 1992, e subsequentes denúncias de atentados aos direitos humanos por parte deste movimento. As atitudes da UNITA durante a campanha eleitoral teriam acentuado esta tendência.

Relativamente aos confrontos de Luanda, registaram-se divergências quanto à interpretação das posições da imprensa portuguesa. P A C (UNITA) considera que houve uma "justificação lógica e uma desculpabilização dos massacres [da responsabilidade do MPLA]". P A E afirma, na mesma linha, que esses incidentes foram "tratados do

ponto de vista do MPLA". Já P A A (MPLA) salienta que "o relato dos acontecimentos de Luanda são a prova da atitude de desculpabilização da UNITA pela imprensa portuguesa". As opiniões aí expressas teriam sido desfavoráveis ao MPLA.

### **Todas as Etapas**

- P A C e P A A reconhecem que a imprensa tem uma acção crucial como fonte de informação para os actores políticos o que pode ter implicações sobre todas as etapas do processo político, já que são aumentados os conhecimentos que o decisor tem da realidade e diminui o seu grau de incerteza. "O Governo português tem muita dificuldade em conseguir informação relativamente a Angola. Não obtem grande informação através dos diplomatas, nem dos membros da CCPM [para o período estudado], nem dos SIS ou DINFO. A imprensa pode, portanto, ser importante como fonte de factos. Para os políticos angolanos, a imprensa não tem tanto essa função. Cada parte tem um bom sistema de informação do lado do inimigo. No entanto, nalgumas situações, embora raras, a imprensa portuguesa facilitou a compreensão de algumas situações aos angolanos." (P A C).

"Contando com meios rápidos e eficientes de comunicação, frequentemente mais eficazes do que as Chancelarias, não estando sujeitos aos constrangimentos políticos, hierárquicos e operativos a que estão sujeitas as estruturas administrativas dos Estados e contando, no seu seio, com gente cada vez melhor preparada profissionalmente, os órgãos de informação exercem, nos dias que correm, uma influência importante na tomada de decisões políticas, antecipando com frequência as suas informações, formais e informais, às das Chancelarias." (P A A).

- Na opinião de P A A, a imprensa terá, portanto, também um efeito de aceleração do ritmo da acção política.

### **Imprensa como *output* político**

Este papel assume grande relevo, segundo os actores políticos angolanos. Membros do MPLA e da UNITA enfatizaram a instrumentalização que a parte oposta faria dos meios de informação.

### **Formulação de Respostas (2)**

- Os políticos farão uso da imprensa para testar opções possíveis, antes da adopção de uma. "Os políticos servem-se da imprensa para lançar balões de ensaio", refere P A A.

### **Adopção de Respostas (3)**

- P A A considera que políticos de alto nível se servem da imprensa para condicionar as opções de outros actores políticos. "Personalidades de topo da vida política recorrem à imprensa, cada vez com maior frequência, para fazer valer os seus pontos de vista e (...) passar determinados projectos políticos (...) com o que afectam decisões e comportamentos políticos." (P A A).

P A C, referindo-se, especificamente, às intenções dos políticos angolanos relativamente aos políticos portugueses, salienta, igualmente, este efeito. "Ambos os partidos [MPLA e UNITA] procuram utilizar a imprensa para pressionar o Governo e os partidos políticos portugueses nas suas opções. Eu faço isso." (P A C).

### **Adopção de Respostas(3) e Implementação(4)**

- P A E considera que MPLA e UNITA procuraram alargar a sua "base de apoio" a nível internacional através da imprensa portuguesa. "A opinião pública é um alvo permanente da acção dos políticos, que visam através dela, alcançar os políticos." (P A E).

### **Avaliação (5)**

- Todos os políticos angolanos inquiridos manifestaram a opinião de que a imprensa portuguesa é um veículo muito importante para o exercício de influência sobre a avaliação da sua acção política que possa ser realizada pelos actores políticos portugueses.

O Político Angolano B mencionou alguns meios de informação como o *Público* e o *Correio da Manhã* a quem uma empresa bancária daria grandes somas para favorecerem a UNITA. Essa empresa seria também um importante suporte financeiro da própria UNITA. Afirmou também que há jornalistas de órgãos de imprensa portugueses que são "pagos" pela UNITA, dando pistas para a sua identificação, embora não os nomeando.

Por seu turno, P A D, da UNITA, salientou que alguns órgãos de informação de propriedade privada, como a revista *Sábado*, receberiam grandes subvenções financeiras do MPLA para veicularem interpretações dos acontecimentos que lhe sejam favoráveis. Referiu ainda que as empresas estatais de informação, em especial a RTP, amplificando as posições e servindo os interesses do Governo português, "têm que agradar ao Governo angolano".

P A C aponta a existência de uma "utilização sistemática" da imprensa portuguesa pelo Governo angolano, de Março de 1992 em diante. "Com as deserções de Puna e Fernandes da UNITA, iniciou-se uma campanha de propaganda que durou até às eleições."

P A A, por seu lado, refere a prática da "propaganda mais descarada e por vezes despudorada" pela UNITA, ao longo de todo o período analisado.

- P A C identifica uma modalidade de utilização da imprensa pelos políticos portugueses visando a etapa de avaliação da acção política. "A imprensa portuguesa é usada, pelos políticos portugueses, sobretudo para legitimar estratégias, portanto, a posteriori. É usada tanto pelo Governo para legitimar o seu apoio ao MPLA, como pelo Presidente da República, para legitimar o seu apoio à UNITA."

### **Todas as Etapas**

- P A C considera que o partido adversário do seu produziu muita falsa informação, tendo "fabricado factos" para vários fins.

Essa informação terá sido "injectada na imprensa portuguesa, sobretudo no *Expresso* e no *Público*. Estes dois jornais geraram muita instabilidade em Angola."

### **Apreciação Global da Percepção dos Políticos Angolanos**

Os políticos angolanos definiram a imprensa, essencialmente, como um *output* político. A imprensa é vista como um recurso sujeito a múltiplos usos (pelo adversário) com o objectivo de gerar apoio em Portugal (em relação ao mesmo e oposição à outra parte) e de influenciar o sistema político português, na sua avaliação das partes e na adopção de respostas.

Alguns políticos angolanos atribuíram à imprensa portuguesa certa influência sobre os sistemas políticos angolano e português. P A C revelou que os políticos angolanos "receiam a imprensa portuguesa", já que esta "lhes cria problemas com frequência". A influência da imprensa é situada, pelos políticos angolanos, fundamentalmente, nas etapas finais do processo de tomada de decisão (sobretudo na fase de avaliação).

## **1.2. Percepção dos Actores Políticos Portugueses**

### **Influência da imprensa nos processos políticos**

Nas entrevistas efectuadas aos actores político-diplomáticos portugueses registámos alguma divergência quanto à influência e utilidade da informação veiculada pela imprensa para decisões substantivas. A imprensa, na óptica de um

dos actores entrevistados, teria "pouca influência política" (P P C). Porém, para algumas situações como o processo de negociações que culminou nos Acordos de Bicesse, foi salientado o seu "poder pela negativa" (P P A). Os políticos tiveram a preocupação de manter a imprensa afastada das rondas negociais. Reconhece-se, desta forma, que ela poderia interferir nesse processo, e que isso era receado.

### **Constituição dos Problemas (1)/ Formulação de Respostas (2)/ Adopção de Respostas (3)**

- Apenas uma fonte (P P B) reconheceu um certo poder de "agenda-setting" à imprensa, salientando, nomeadamente, o papel dos artigos de opinião. Estes teriam uma intervenção importante na definição do conjunto de questões que os políticos teriam em consideração e na relevância que lhes conferem, em grande parte devido à capacidade que lhes atribuem de definição da agenda pública. As propostas avançadas nos artigos de opinião seriam, "de alguma forma", assimiladas pelos actores políticos.

### **Avaliação (5)**

- Não fazendo um reconhecimento expresso da influência da imprensa nos processos políticos através da sua actividade de avaliação da acção política, os políticos portugueses referiram-se a essa avaliação, salientando as orientações dominantes na imprensa.

Segundo alguns actores político-diplomáticos, terá existido em Portugal, desde a independência de Angola, uma tendência, na imprensa, de favoritismo pela UNITA. Uma fonte diplomática considera que, exceptuando alguns órgãos de imprensa de esquerda, a informação portuguesa apoiou a UNITA durante um longo período. "Pôs-se, desde cedo, do lado dos que lutavam contra um Governo comunista, marxista, e que tinham saído derrotados" (P P A).

Os formadores de opinião teriam, aliás, um terreno favorável na própria opinião pública, que daria apoio generalizado à UNITA. P P A refere, também, a este propósito, o papel do "poderoso" lobby da UNITA em Portugal.

P P A, P P B e P P D consideraram que a imprensa portuguesa realizou uma avaliação dos partidos angolanos maioritariamente favorável à UNITA até às denúncias de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes sobre a violência interna neste movimento. As opiniões negativas relativamente à UNITA ter-se-ão multiplicado durante a campanha eleitoral. Dos acontecimentos de fins de Outubro em Luanda, a imprensa terá feito uma cobertura mais favorável à UNITA, mas a tendência avaliativa geral antes iniciada não terá mudado.

### **Todas as Etapas**

- A imprensa forneceu informação aos actores políticos portugueses que não faziam parte do Governo de forma mais rápida do que o Governo (P P D). Terá sido, então, uma fonte de informação de primordial importância para os partidos políticos e para as outras partes do sistema político.

- É, assim, também reconhecida a influência da imprensa sobre o ritmo da actividade política, o seu efeito de aceleração dos processos.

- O Político Português D identificou uma mudança ocorrida na política angolana (pelo menos a nível de uma das partes) por influência da imprensa - não ao nível da acção política, mas ao nível do discurso. Dada a intensificação da cobertura mediática internacional a Angola no período pré-eleitoral, "o MPLA percebeu a necessidade de um discurso conciliador, não radical, para a criação de uma imagem favorável a nível nacional e internacional. A UNITA manteve a postura rígida, militarista, que foi negativa para a sua imagem" (P P D).

### **Imprensa como *output* político**

#### **Formulação de Respostas (2)**

- Relativamente ao processo negocial que conduziu a Bicesse, foi destacada a importância de manter um certo secretismo, relativamente à imprensa, como base de confiança entre as partes. "O Governo português apercebeu-se que da informação e contra-informação podiam resultar prejuízos para a negociação" (P P A).

Os actores políticos, nesta fase de formulação de respostas, optaram por uma estratégia de silêncio, pela ausência de *outputs*, ou por declarações "veladas". O silêncio seria importante para manter alternativas em aberto. "Não divulgando as posições das partes mantinha-se a possibilidade de flexibilidade das partes relativamente a essas posições, o que desapareceria caso se tornassem públicas" (P P A). Foi então decidido revelar apenas aquilo que fosse sendo definitivamente acordado, e através de um porta-voz oficial.

- A manutenção em aberto de um conjunto de opções pode também ser feito através de intervenções nos *media*. Foi atribuído à imprensa o valor de "instrumento negocial" (P P A). Uma das nossas fontes referiu que os políticos angolanos usaram os

*media* para "testar o adversário". Desenvolveram um "jogo de posições não oficiais" divulgadas nos *media* e observaram a reacção da parte oposta, podendo então ajustar as posições oficiais (P P A). "A imprensa é um instrumento óptimo para fazer passar posições não oficiais, veicular determinadas ideias sem se ter responsabilidade por elas" (P P A).

Esta modalidade de utilização da imprensa tem conexões, também, com a fase de adopção de respostas, de implementação e de avaliação das opções políticas.

- Os *media* podem, também, ser utilizados para "lançar a confusão" (P P B), através da veiculação de informações incoerentes ou contraditórias. Esta actuação permite também manter em aberto o leque de opções.

### **Formulação de Respostas (2)/ Adopção de Respostas (3)**

- Ao mesmo tempo, a imprensa pode ser usada como instrumento para fechar esse leque de alternativas e, simultaneamente, para se impôr, definitivamente, algo à outra parte. "A imprensa é usada para tomar posições de força, dizer que isto ou aquilo não é negociável" (P P A).

Da fase de aplicação dos acordos de Bicesse foram referidos dois acontecimentos como exemplo deste procedimento - a retirada da UNITA da CCPM em Setembro de 1991 e a retirada dos generais da UNITA das FAA em Outubro de 1992. Estas decisões foram comunicadas directamente à imprensa tendo sido convocadas conferências de imprensa especialmente para esse efeito. Os *media* foram, assim, utilizados para comunicar, de forma imperativa, algo a outra parte do sistema político.

### **Adopção de Respostas (3)/ Implementação (4)**

- Os diplomatas e políticos portugueses salientaram a utilização que os políticos angolanos fariam da imprensa para gerar apoio internacional às suas acções e posições e gerar oposição ao adversário. A campanha de propaganda internacional feita pelos partidos angolanos, em muitos casos, integrou uma forte hostilização do adversário. A imprensa amplifica as acções e posições dos actores políticos (P P A) o que pode ser feito tanto com sinal positivo como negativo.

Em contextos de conflito ou crise, este objectivo de criação de uma imagem negativa do adversário e de geração de oposição às suas posições e acções pode ser muito importante.

Parece-nos que esta modalidade de utilização da imprensa poderá atingir, de alguma forma, todas as etapas do processo de tomada de decisão, mas, em especial, a de adopção de respostas e de implementação.

### **Apreciação Global da Percepção dos Políticos Portugueses**

Em resumo, a imprensa terá tido, na óptica dos actores políticos portugueses, alguma influência, se bem que reduzida, quer sobre o sistema político português quer sobre o sistema político angolano.

Os políticos portugueses definiram o papel da *imprensa* no processo político angolano, sobretudo, como um importante *output* das duas partes angolanas e, também, embora menos relevante, dos actores políticos portugueses. Atribuem à imprensa, como *output* político, uma importância particularmente grande para a fase de formulação de respostas.

A UNITA terá procurado influenciar a imprensa estrangeira de forma mais intensa e sistemática do que o MPLA. "Os membros da UNITA são mais militantes a escrever do que os do MPLA." (P P D). "A UNITA consegue publicar muitos artigos na imprensa portuguesa." (P P B). "O Governo angolano só no período eleitoral ganhou consciência da necessidade de influenciar a imprensa para conquistar apoios." (P P D).

## **2. Percepção dos Jornalistas**

### **Influência da imprensa nos processos políticos**

A percepção dos jornalistas quanto ao poder de influência da imprensa relativamente aos processos políticos oscila entre dois extremos: a negação dessa influência (J D) e a convicção plena de que certas peças jornalísticas exerceram uma influência concreta ao mais alto nível político - sobre as decisões, relativas a Angola, de Durão Barroso, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e mediador do processo angolano (J E). Esta concepção é muito significativa pois pode orientar a actividade jornalística do seu autor. Saliente-se que a posição referida de J D é uma excepção no conjunto dos jornalistas inquiridos. Todos os outros atribuem à imprensa uma influência importante sobre os processos políticos. No conjunto das rubricas jornalísticas, os artigos de opinião são considerados os mais influentes (J A, J B, J D e J E).

### **Constituição dos Problemas (1)**

- O papel da imprensa relativamente a esta fase de constituição ou identificação dos problemas foi-nos assinalado pela negativa. "Um dos falhanços da imprensa em relação às eleições foi não ter chamado a atenção para o prazo que medeou a assinatura dos acordos e a realização de eleições, que era extremamente curto. Os jornalistas deveriam ter sido mais críticos em relação ao processo de transição. Por outro lado, deveriam ter levado em consideração as denúncias de irregularidades no processo eleitoral (...) Os observadores internacionais foram levianos em relação às eleições e os jornalistas colaram-se integralmente às suas posições." (J D).

É reconhecida a importância potencial da imprensa para a identificação e valorização dos problemas, e criticada a "praxis" informativa que inviabilizou esse papel.

O "seguidismo" dos jornalistas relativamente às posições do Governo português, da CCPM e dos observadores internacionais foi frequentemente lamentado pela própria classe jornalística (J A e J D). Aos jornalistas terá faltado o espírito e o sentido crítico, e terão sido tentados pela facilidade de subscrever posições de entidades "oficiais".

Vários jornalistas (J C e J E) fazem também uma avaliação negativa da formação dos profissionais da informação que fizeram a cobertura de Angola no período que estamos a analisar, salientando que essa falta de conhecimentos terá levado ao não reconhecimento e/ou à desconsideração de problemas importantes do processo angolano. A falta de preparação adequada terá também originado enviesamentos no tratamento das questões.

### **Constituição dos Problemas (1)/ Formulação de Respostas (2)/ Adopção de Respostas (3)**

- A função de "agenda-setting" da imprensa foi assinalada por alguns dos jornalistas inquiridos (J B, J E e J F).

### **Adopção de Respostas**

- As respostas do Governo português aos problemas ligados a Angola foram comentadas a propósito da publicação na revista *Visão* (Nº 1) de uma lista dos portugueses vivos no Huambo de quem não se tinha informação há muito. Os *media* fizeram chegar essa informação ao Governo português (Identificação do Problema). Seguiu-se um "silêncio hostil" do Governo que não respondeu durante um mês e meio ao apelo que os portugueses do Huambo formularam para os irem buscar. Após este período, o *Público* lançou um editorial em que Vicente Jorge Silva criticava

duramente a atitude do Governo português. J A estabeleceu uma relação de causalidade entre este editorial e o envio, dias depois, de um avião para evacuar os portugueses. É, assim, atribuído aos *media* um papel de motor para a acção do sistema político português.

Os jornalistas afirmam que, em várias situações, os *media* "impulsionaram a acção política e mesmo militar" dos actores políticos angolanos (J B).

Esse papel terá cabido, sobretudo, aos meios de informação angolanos e, portanto, escapa ao âmbito da nossa análise. De qualquer forma, podemos enunciar alguns dos exemplos deste efeito, que nos foram sugeridos.

Depois que o *Jornal de Angola* - poucos dias antes das eleições - publicou uma sondagem dando uma vitória por larga margem a Eduardo dos Santos e ao MPLA, a cidade de Luanda passou a estar sitiada, com ambas as partes a policiarem ou militarizarem os acessos aos "seus" quarteirões e aos "seus" bairros.

Noutro caso, em Janeiro de 1993, no dia seguinte àquele em que se disse na *Rádio Nacional de Angola*, que havia um comando zairese treinado para matar Eduardo dos Santos ocorreu, nos mercados de Luanda, uma chacina contra os zairenses e os povos do norte de Angola, que vitimou dezenas de pessoas.

A informação veiculada pelos *media* terá suscitado a identificação de problemas e a adopção de determinadas respostas para esses problemas.

### **Avaliação (5)**

- Os jornalistas consideraram que as perspectivas e as opiniões que veiculam na imprensa avaliando a *performance* política influenciam a condução dos processos políticos. Intervêm, deste modo, sobre a fase de avaliação das soluções e, provavelmente, sobre outras etapas.

Qual a percepção dos jornalistas acerca da avaliação, realizada pela imprensa, em geral, da actuação das duas partes angolanas em 1991 e 1992? Qual a evolução das opiniões? Em que momentos se terão iniciado inflexões? Que acontecimentos as terão induzido ou acompanhado? Que actores estiveram envolvidos?

A percepção dominante aponta para uma mudança, relativamente à representação da UNITA, que se terá tornado mais negativa. A dissidência de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, da UNITA, em Março de 1992, e subseqüentes denúncias de atentados aos direitos humanos por parte da UNITA terão sido importantes marcos de viragem. Os incidentes que se sucederam desde Bicesse até às eleições, bem como o comportamento da UNITA durante a campanha eleitoral e após as eleições, são também apontados pelos entrevistados como explicação para a mudança de opinião. J C e J D relacionam a mudança nas opiniões com Savimbi e não tanto com a UNITA:

"Depois do início da campanha eleitoral (e, sobretudo, depois das eleições) começou a fazer-se uma distinção entre Savimbi e a UNITA. Savimbi passou a ser alvo de fortíssimas críticas." (J D). "Até 1992, Savimbi tinha um bom capital de simpatia que se notava nos jornais. Começa a perdê-la no início do ano, com as deserções dos dois cabindas." (J C).

Por outro lado, os confrontos de Luanda em finais de Outubro de 1992 são referidos, por alguns jornalistas, como origem de uma pequena mudança de direcção da opinião, agora desfavorável ao MPLA. Outros consideram que, com esses acontecimentos, não se registou qualquer viragem nas opiniões.

J E considera que, entre 1991 e 1992, não houve mudanças nas opiniões dos jornalistas considerados como "opinion-makers" - aqueles cujas opiniões têm peso na formação de opinião. "Os jornalistas tinham as suas simpatias e mantiveram-nas. Na opinião pública é que houve uma inflexão importante." (J E).

### **Todas as Etapas**

- Nalguns casos a imprensa terá fornecido informação nova aos agentes políticos - portugueses e angolanos -, informação a que estes não tiveram acesso pelos canais oficiais de recolha de informação (J C e J F). Esta informação, cuja natureza não foi especificada, poderá ter tido influência sobre todas as fases do processo de tomada de decisão.

- J F referiu-se a uma entrevista a uma personalidade angolana, que realizou durante o período de negociações para a paz, e que ocasionou uma paralização dessas negociações pois foi percebida como uma "encomenda ofensiva" da parte adversária. Esta é uma situação em que os *media* interferiram no ritmo da acção política, não por aceleração, mas detendo a mesma.

- A imprensa terá também induzido uma mudança no discurso político, pelo menos de uma das partes angolanas: "humanizou-o, aligeirou-o" (J E).

### **Imprensa como *output* político**

Os jornalistas acentuaram, repetidamente, as intenções dos políticos do MPLA e da UNITA de utilizarem a imprensa portuguesa em benefício próprio.

### **Constituição dos Problemas (1)/ Formulação de Respostas (2)/ Adopção de Respostas (3)**

- Os políticos angolanos, nalguns momentos, terão desencadeado um efeito de "agenda-setting" com repercussões possíveis sobre as primeiras etapas do processo de decisão. "A UNITA tinha uma estratégia de antecipação relativamente ao MPLA. Reagia, junto da imprensa, primeiro que o MPLA. Fazia-o imediatamente após a ocorrência dos acontecimentos. Na maior parte dos casos, estas reacções já tinham sido cuidadosamente preparadas. Assim, estabelecia uma agenda dos *media* e uma agenda do adversário. O MPLA, depois, tinha que vir desmentir o que a UNITA dissera, tinha que se reportar à "agenda" já definida pela UNITA." (J E).

### **Formulação de Respostas (2)/ Adopção de Respostas(3)**

- Em 1991, durante o período de negociações para a paz em Angola, os políticos e diplomatas portugueses ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, originaram "fugas" de informação que tinham como consequência tornar públicos os problemas existentes nas negociações. A "denúncia" da inflexibilidade de uma parte era indesejável para a sua imagem junto da opinião pública. Assim, pressionava-se a parte mais intransigente a ceder.

Trata-se de uma forma de utilização da imprensa já antes identificada: publicitação de informação para limitar o conjunto de opções de um actor e para o pressionar a adoptar uma determinada resposta, neste caso, num contexto de negociação. Realiza-se uma acção sobre uma etapa do processo de decisão que é ainda a de formulação de respostas, mas visando a adopção de uma determinada resposta. "Todos os políticos usaram assim a imprensa, inclusive os russos e os americanos. O *Expresso* entrou conscientemente neste jogo." (J E)

Os *media* podem alinhar deliberadamente com esta forma de interacção dos actores do políticos pois, sobretudo no caso de conseguirem o "exclusivo", têm um importante ganho: passam a deter informação reservada, cuja divulgação em exclusivo trará a esses órgãos de informação óbvios proventos.

### **Adopção de Respostas (3)**

- Noutras situações, os actores políticos procederam (de forma quase sempre anónima) à divulgação de informação, junto da imprensa, acerca de decisões tomadas à mesa das negociações mas ainda não oficializadas. O objectivo era, neste caso, "inviabilizar recuos" (J E). Uma vez difundida a informação acerca de uma decisão, seria nocivo para a imagem das partes pô-la em causa ou anulá-la. Esta questão colocou-se, com muita acuidade, em relação às posições da UNITA quanto

aos prazos de mediação entre a assinatura dos acordos de Bicesse e a realização de eleições. Nesta modalidade de funcionamento da imprensa como instrumento de pressão, a imprensa atribui às decisões adoptadas um carácter definitivo, irreversível.

- Tal como os políticos portugueses utilizaram os *media* para pressionar os actores políticos angolanos na adopção de uma determinada resposta aos problemas, também o inverso se verificou, e com maior frequência e intensidade, segundo as nossas fontes jornalísticas. Em várias situações, os políticos angolanos "forçaram" os políticos portugueses a adoptar uma decisão, a agir num determinado sentido, através de *outputs* produzidos para difusão mediática. "Em Junho de 1992, Durão Barroso visita Luanda. Na altura era desejada a presença de aviões militares portugueses em Angola. O general Higinio Carneiro faz chegar aos jornais portugueses esta informação. Tornando pública esta vontade conseguir-se-ia pressionar os políticos portugueses. Uma semana depois, tínhamos os aviões (C-130) em solo angolano." (J E)

- Os políticos angolanos, na óptica dos jornalistas, terão usado a imprensa portuguesa, por diversas vezes, para comunicar com os políticos portugueses. O envio de mensagens ao Governo português no sentido de direccionar as decisões a tomar terá sido o principal objectivo visado. A UNITA terá realizado este tipo de acção com maior frequência do que o MPLA, através das entrevistas dadas a jornalistas e de conferências de imprensa (J B e J E).

Foi-nos referida, como exemplo, uma reportagem que a RTP fez no Huambo em que Savimbi teria "mandado um recado" ao Governo português sobre a saída dos portugueses que viviam na cidade. O Governo português, na altura, recusou-se a comentar a questão. "Já tinha feito as suas opções, já tinha decidido não considerar nada que viesse da parte da UNITA e não cedeu." (J B).

Neste caso, o intento político não foi alcançado.

### **Adopção de Respostas (3)/ Implementação (4)**

- Os políticos angolanos, na óptica dos jornalistas, terão procurado gerar apoio internacional para as respectivas causas, visando aumentar o seu prestígio e recrutar apoios para as suas posições e acções. Por essa via, terão procurado afectar os processos de decisão de outros actores políticos. Através da imprensa portuguesa, os políticos angolanos visam atingir o sistema político português e os sistemas políticos de outros países. "Os jornais portugueses são lidos em muitos outros países. O *Diário de Notícias* e o *Expresso* são assinados pela ONU." (J D).

### **Avaliação (5)**

- Todos os jornalistas consideraram que os políticos angolanos procuraram influenciar ou utilizar a imprensa no sentido de obterem uma avaliação favorável às suas posições e acções e, dessa maneira, influenciarem a avaliação que os actores de outros sistemas políticos façam das mesmas. "O MPLA fez um aproveitamento dos vários incidentes político-militares antes das eleições, relacionando-os com a UNITA. Procurou difundir uma avaliação negativa da UNITA e melhorar a sua imagem." (J E). "A UNITA deixou de se preocupar com a imagem junto da opinião pública após as eleições." (J E).

- Na percepção de J E, a imprensa terá sido usada como meio de legitimação da acção e das opções políticas. "Ao tornar públicas determinadas questões, a imprensa dá aos governantes justificação para tomar determinadas medidas."

### **Influência da imprensa/Imprensa como *output* político**

#### **Adopção de Respostas (3)**

- No período de negociações para a paz, em 1991, a imprensa terá desempenhado um duplo papel junto das duas partes contendoras. Por um lado, terá tido uma influência importante sobre o processo de negociação. Por outro lado, terá sido utilizada pelos actores políticos a fim de obrigar a parte adversária, como se descreve abaixo. Com isto, a imprensa terá tido um papel fundamental na contenção da guerra.

Os combates terão cessado após uma reunião no Luena, a 91.05.16, na qual terão participado três jornalistas portugueses e uma jornalista moçambicana (segundo J E). Nessa reunião terão sido definidas várias regras para o fim das hostilidades entre FAPLA e FALA, tudo na presença dos referidos jornalistas.

Um jornalista da Rádio Nacional de Angola terá posto em contacto, via rádio, os comandantes das duas Forças. A sua primeira troca de palavras terá sido realizada desta forma.

A 91.05.18 teve lugar uma reunião em Sandondo, Rio Cassongue, em que se fizeram acordos entre as duas partes beligerantes. Os jornalistas terão, novamente, desempenhado a função de observadores de tais acordos.

"A determinada altura é pedido a um jornalista da RTP que filmasse as conversações. As baterias da sua câmara acabam, entretanto, mas ele prossegue a filmagem. A cobertura da imprensa era tida como necessária para assegurar os compromissos." (J E).

Ocorrem, ainda, mais alguns encontros entre elementos dos dois movimentos contendores, com a presença dos jornalistas referidos.

"Em cada reunião era lida aos jornalistas a acta das reuniões anteriores. A chave, para os militares e políticos angolanos, eram os jornalistas portugueses." (J E).

A cobertura das negociações para a paz pela imprensa era sentida como uma garantia do compromisso das partes e conferia, portanto, às partes envolvidas, segurança e confiança no processo. Trata-se de um efeito fundamental da imprensa, num contexto de negociação.

### **Formas de influência e/ou utilização da imprensa pelos actores políticos**

Para conquistar a atenção dos jornalistas e obter uma cobertura mediática favorável ("media agenda-building") foram utilizadas múltiplas táticas.

A UNITA organizou "visitas" de jornalistas às zonas controladas por si, procurando construir, para a imprensa, uma imagem positiva. Antes da assinatura dos acordos de paz, e sobretudo depois da batalha de Luanda (31 de Outubro e 1 de Novembro de 1992), a UNITA convidava jornalistas da imprensa internacional - "não convidava, de facto, os órgãos porque em alguns casos vetava os nomes que esses órgãos avançavam" (J B) - para reportagens na Jamba. Já depois da assinatura dos acordos, a UNITA fez algumas "excursões" daquele género, nomeadamente para acompanhar o regresso de Savimbi a Luanda (Março/Abril de 1992) depois da revelação das mortes de Xingungi e Wilson dos Santos.

A UNITA, na óptica dos jornalistas, teve sempre um comportamento mais estratégico com estes do que o Governo.

Em parte, isto pode-se explicar pelo facto de o Governo ter os meios de informação angolanos sob o seu controlo directo. A cobertura dada às acções do Governo e da UNITA era aí, a priori, tendenciosa. O Governo procurou, além disso, usar outros meios para aumentar a sua popularidade e diminuir a do adversário. As sondagens são um bom exemplo dessa estratégia. Essas mesmas sondagens terão tido também um reflexo na imprensa portuguesa (J B).

Os correspondentes portugueses estiveram todos fixados em Luanda. Nos hotéis em que se instalaram e nos meios em que circularam mantiveram contactos mais frequentes com membros do MPLA do que com membros da UNITA. Esta situação conduziu à definição de relações pessoais de amizade e, mesmo, de conivências importantes (J E).

Durante a campanha eleitoral, na cobertura dos comícios, os jornalistas deslocavam-se a convite dos partidos, com os meios desses partidos (aviões ou carros) e ficavam nos mesmos hotéis. "Muitas vezes telefonavam dos quartos dos elementos do partido para os seus órgãos de informação" (J A). Estas circunstâncias pesaram, obviamente, na produção da informação. "Era muito difícil defender sempre um estatuto de imparcialidade e equidistância em relação às duas partes" (J B).

Os agentes políticos angolanos procuraram controlar apertadamente a informação passada aos jornalistas. Os partidos têm uma estrutura vertical de comando, em que só o topo está autorizado a informar a imprensa (J A).

MPLA e UNITA deram várias conferências de imprensa com o objectivo de desgastar a imagem do adversário. Os jornalistas designaram-nas como "conferências de acusação", distinguindo-as das de "descrição" - aquelas em que os políticos enunciavam, por exemplo, decisões tomadas.

Sobre os jornalistas foi exercida uma forte pressão que se traduziu em coacção psicológica e mesmo física (J A, J B, J C, J E e J F). Os jornalistas acusam tanto membros do MPLA como da UNITA da prática de actos desta natureza. Vários afirmam ter sido sujeito a ameaças.

Os políticos angolanos terão feito "financiamentos" a jornalistas portugueses para obterem um tratamento favorável na imprensa (J D e J E). "Há jornalistas pagos por um ou ambos os partidos." (J E).

O papel dos *lobbies* das partes em Portugal foi também relevado pelos jornalistas como forma de influência sobre os jornalistas.

A desinformação terá sido um recurso dos políticos para condicionarem a cobertura jornalística. "Houve muitas manobras de intoxicação dos dois lados." (J E).

Para alcançar finalidades específicas, outro dos meios utilizados pelos políticos terá sido a publicação de artigos de opinião nos jornais portugueses - com a assinatura do autor ou sob pseudónimo. Um exemplo deste último caso é o artigo publicado no *Expresso* a 91.04.06. O artigo é da autoria conjunta de três pessoas - José Patrício (Embaixador angolano), José Luís (Director Nacional da Informação) e José Mena (Secretário da Presidência da República de Angola para a Informação) - que adoptam o pseudónimo de José Palucema.

### **Apreciação global da percepção dos jornalistas**

Na percepção dos jornalistas, as etapas do processo de tomada de decisão em que a influência da imprensa é mais notória são as de adopção de respostas, de

implementação e de avaliação da acção. Releve-se o significado da atribuição à imprensa da capacidade de interferir sobre aquela que é a fase crucial do processo de decisão - a adopção de respostas. Os jornalistas conferem-se o poder de intervir sobre as opções de resposta dos políticos.

Quanto ao papel da imprensa como recurso político, os jornalistas atribuem-lhe impacte sobre todas as etapas do processo de tomada de decisão, tendo identificado múltiplas modalidades de utilização da imprensa.

### III. REPRESENTAÇÃO DA POLÍTICA ANGOLANA NA IMPRENSA PORTUGUESA

A análise de conteúdo é um "conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens." (Bardin, 1977).

Com a aplicação da metodologia de análise de conteúdo a um conjunto de textos de imprensa publicados no período da nossa análise, pretendemos confrontar algumas dimensões da percepção que políticos e jornalistas revelaram ter do papel da imprensa portuguesa nas questões políticas relativas a Angola com os textos produzidos e difundidos por essa imprensa.

As análises "clássicas" do efeito de "agenda-setting" da imprensa consistem numa comparação da agenda dos *media* com a agenda dos públicos (concebemos, como foi referido, os actores políticos como um público específico dos *media*). Grande parte da investigação tem procurado identificar os diferentes "issues" apresentados na imprensa para os comparar com os "issues" salientados pelos públicos. Pensamos que esse tipo de análise é inadequado pois reduz os textos mediáticos a uma lista de tópicos neutros e descontextualizados. Constitui uma simplificação excessiva da representação da actualidade nos *media*. Como refere Kosicki, reduz-se os textos a um conjunto de "content-free categories" (1993:-16), ignorando o seu enquadramento, a sua caracterização e a sua valorização.

A essa questão da valorização e avaliação da acção política veiculada na imprensa foi, como vimos, atribuída uma grande relevância por políticos e jornalistas. Ambos situaram na etapa de avaliação da decisão política uma importante intervenção da

imprensa nos processos políticos. A nossa análise de textos de imprensa incidirá, assim, na sua vertente avaliativa.

Este estudo, recorde-se, não pretende cingir-se à consideração do efeito de "agenda-setting" da imprensa. Embora o procuremos avaliar, o âmbito desta análise é mais alargado, procurando identificar outros efeitos dos *media* na acção política.

No âmbito da questão da avaliação da acção política, a "parcialidade" da imprensa portuguesa, resultante de uma alegada instrumentalização, foi fortemente enfatizada pelos políticos angolanos. Cada parte considerou existir, nessa imprensa, um claro favoritismo pela parte oposta.

A propósito da cobertura dada pelos *media* portugueses aos confrontos de Luanda, o Embaixador de Angola em Portugal, Rui Mingas, denunciou a existência de uma "campanha de intoxicação" numa entrevista à Rádio Nova (Porto) a 6.11.92. Proferiu, aliás, conseqüentemente, uma ameaça aos interesses portugueses em Angola. Este foi apenas um dos vários pronunciamentos do Governo angolano, em diferentes épocas, quanto à suposta falta de isenção da imprensa portuguesa. Tal demonstra a atenção e a importância que os meios políticos angolanos dão à informação portuguesa e aos juízos que formula.

Relativamente ao curso das opiniões veiculadas na imprensa portuguesa em relação a Angola constatámos, em conversas com pessoas de múltiplos sectores, níveis sócio-profissionais e etários, uma percepção dominante: a de que, na imprensa, se realizou uma importante mudança de opinião - entre 1991 e 1992, passaria a ser dominante a opinião favorável ao MPLA, enquanto que da UNITA ter-se-ia formado uma imagem negativa.

Apesar de uma eventual mudança de tratamento na imprensa portuguesa no princípio de Novembro de 1992 às duas partes angolanas, a opinião pública parece ter mantido a tendência anti-UNITA que se teria iniciado antes.

Uma sondagem publicada pelo *Expresso* em 28.11.92 revela que a maior parte dos portugueses consideravam ter sido a UNITA a principal responsável pelo início dos confrontos em Luanda, em 31 de Outubro e 1 de Novembro, que se saldaram em centenas de mortes de dirigentes e militantes da UNITA (53% contra 16% para o MPLA e 20% para ambos os partidos). Afirmam ainda que foi a UNITA que teve o comportamento mais condenável (58% contra 20% para o MPLA e 10% para ambos).

Parece-nos, assim, estar clarificada a pertinência de uma análise da orientação da imprensa portuguesa relativamente às duas partes angolanas - MPLA e UNITA - no período atrás especificado.

Iremos analisar a evolução das opiniões acerca dos dois partidos, para, numa segunda fase, confrontarmos os resultados da análise com a percepção dos políticos e dos jornalistas relativamente a essa questão.

Procuraremos relacionar as opiniões formuladas, e o seu ritmo de publicação, com a evolução dos acontecimentos. Para tal, ir-se-á distinguir, no período analisado, três (sub)períodos, segundo a percepção dominante dos políticos e jornalistas entrevistados: Março de 1991 - Março de 1992; Março de 1992 - Outubro de 1992; Novembro de 1992 - Dezembro de 1992. Estes períodos foram considerados, por grande parte dos nossos entrevistados, como marcos importantes no curso das opiniões.

Procurar-se-á, ainda, comparar os jornais analisados, relativamente às posições veiculadas e ao ritmo de publicação.

## **1. Análise de conteúdo de textos de imprensa – questões metodológicas**

### **Jornais**

A cobertura da política angolana foi analisada nos seguintes jornais: *Diário de Notícias*, *Público*, *Expresso* e *O Independente*.

### **Tipo de textos de imprensa**

Seleccionámos, para esta análise, os editoriais e os artigos de opinião publicados, no período atrás delimitado, pelos jornais assinalados. É nestes tipos de artigo que é mais frequente a avaliação das questões e a tomada de posição. São considerados como as rubricas que mais influência exercem na formação de opinião. Por outro lado, a função da imprensa como *output* político poderá ser analisada nesses textos já que a intervenção directa e expressa dos políticos nos *media* faz-se pela escrita de artigos de opinião.

### **Técnicas de análise**

Faremos uma análise de conteúdo de análise de tendências ou orientação. Com a análise de orientação procuraremos identificar as posições expressas nos artigos em termos de favoritismo, desfavoritismo ou neutralidade em relação a dois tipos de objecto: os dois principais movimentos políticos angolanos (MPLA e UNITA) e seus líderes (José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi). A distinção entre os partidos e seus líderes destina-se a avaliar o índice de personalização das questões políticas angolanas.

Realizar-se-á uma análise estatística do conjunto dos dados com o objectivo de estudar as relações entre as diversas variáveis em jogo.

### ***Corpus***

O *corpus* deste estudo, o conjunto de documentos a serem sujeitos a análise, é composto por 173 editoriais e artigos de opinião assim distribuídos: *Diário de Notícias* - 79; *Público* - 70; *Expresso* - 20; *O Independente* - 4.

## **2. Resultados de uma análise de orientação**

A percepção dominante que registámos entre os políticos e jornalistas entrevistados foi a de que, no período analisado, teria ocorrido uma mudança na avaliação dos dois principais partidos políticos angolanos pela imprensa portuguesa. A posição "tradicional" de favoritismo pela UNITA ter-se-ia transformado em oposição a este partido. Por outro lado, a tendência de avaliação em relação ao MPLA teria realizado o percurso oposto: ter-se-ia tornado predominantemente positiva.

Na tabela 1 são apresentados os resultados da análise de orientação, por período e por jornal.<sup>3</sup>

Procuremos verificar a hipótese genérica atrás sugerida, com base nos resultados da análise de orientação.

Contrariando a hipótese referida, formulada com base na percepção dos políticos e jornalistas, o número de artigos desfavoráveis ao MPLA é superior aos desfavoráveis à UNITA, respectivamente, 58 e 48.

Esta orientação é confirmada pelas tomadas de posição favoráveis aos dois partidos, embora a diferença entre um e outro seja, aqui, menor: MPLA-12 / UNITA-14.

Se analisarmos a relação das posições favorável - desfavorável face a cada partido, verificaremos que:

- no caso do MPLA, os artigos com uma orientação positiva significam, aproximadamente, um quinto daqueles em que é patente uma inclinação negativa (12/58);

---

<sup>3</sup> Na tabela 1 o número total de tomadas de posição relativamente aos actores referidos - partidos e seus líderes - não corresponde ao número de artigos analisados visto que, no mesmo artigo, coexistem, por vezes, várias tomadas de posição.

- para a UNITA, o número de artigos favoráveis é mais de um terço dos desfavoráveis (14/48).

A relação artigos favoráveis - artigos desfavoráveis é, portanto, favorável à UNITA.

Já a postura dos articulistas (tomados em conjunto) face aos líderes de cada partido corresponde às hipóteses iniciais.

Os artigos desfavoráveis a Jonas Savimbi são muito superiores aos desfavoráveis a José Eduardo dos Santos (35-7). A oposição face a Jonas Savimbi é, portanto, assumida com uma frequência cinco vezes superior à relativa a José Eduardo dos Santos.

Tabela 1 – Posições identificadas nos jornais em diferentes períodos

	Mar. 91 - Mar. 92				TOTAL	Mar. 92 - Out. 92				TOTAL	Nov. 92 - Dez. 92				TOTAL	TOTAL GERAL
	DN	P	E	I		DN	P	E	I		DN	P	E	I		
Fav. MPLA	2	0	2	-	4	2	2	0	0	4	0	2	2	0	4	12
Fav. JES	5	2	3	-	10	7	2	0	0	9	0	1	0	0	1	20
Desf. MPLA	3	13	2	-	18	8	10	1	1	20	7	9	2	2	20	58
Desf. JES	2	0	0	-	2	0	1	0	1	2	2	0	0	1	3	7
Fav. UNITA	7	3	0	-	10	1	1	0	0	2	2	0	0	0	2	14
Fav. JS	4	4	2	-	10	2	1	0	0	3	0	0	0	0	0	13
Desf. UNITA	0	11	3	-	14	8	8	6	0	22	3	6	2	1	12	48
Desf. JS	0	3	2	-	5	7	5	6	1	19	3	4	2	2	11	35
Neutro	15	10	4	-	29	16	11	0	0	27	4	1	0	0	5	61

Legenda:

Fav. – Favorável; Desf. – Desfavorável

JES – José Eduardo dos Santos; JS – Jonas Savimbi

Ex.: Fav.JS – Favorável a Jonas Savimbi

DN – Diário de Notícias; P – Público; E – Expresso; I - Independente

José Eduardo dos Santos reúne um número de artigos favoráveis substancialmente superior ao de Jonas Savimbi (20-13).

Se compararmos, para cada líder, a proporção de opiniões favoráveis face às desfavoráveis, a posição de José Eduardo dos Santos torna-se, então, radicalmente diversa da de Jonas Savimbi. José Eduardo dos Santos obtem mais do dobro de opiniões favoráveis face às desfavoráveis (20/7). Por seu lado, as opiniões negativas

relativamente a Jonas Savimbi são muito superiores às positivas (35-13), quase o triplo.

Os líderes dos dois partidos são assim polos fundamentais na avaliação realizada pela imprensa. O índice de personalização da política angolana é elevado, particularmente no caso da UNITA - Jonas Savimbi.

Relativamente à evolução das posições dos articulistas, a hipótese sugerida pela maior parte dos políticos e jornalistas é a seguinte: as opiniões veiculadas na imprensa portuguesa seriam tendencialmente favoráveis à UNITA até Março de 1992. Aquando da dissidência de T. Xingungi e Wilson dos Santos ter-se-ia iniciado uma inflexão, que se acentuou com o comportamento da UNITA durante a campanha eleitoral e com a sua reacção aos resultados eleitorais. Quanto ao MPLA, a sua imagem teria sido maioritariamente positiva no período analisado, tendo o curso das opiniões sido alterado em Novembro de 1992, na sequência da batalha de Luanda.

Pretendemos, também, avaliar as diferenças entre os jornais analisados, relevadas pelos entrevistados.

Com a finalidade de verificar a hipótese descrita, foi realizada uma análise estatística dos dados com base no cálculo de Qui quadrado.

Procuraremos, de seguida, descrever os resultados mais significativos dessa análise e confrontá-los com as percepções dos actores políticos e dos jornalistas.

## **Períodos / Posições**

### **José Eduardo dos Santos**

Relativamente a José Eduardo dos Santos, a relação com os períodos de tempo não é significativa. A avaliação que os vários autores formularam da acção e posições deste actor não variou ao longo do tempo o que vai ao encontro da percepção geral deste político como constante nas suas acções e posições.

### **MPLA**

#### **Posição Favorável**

As frequências observadas para esta posição são as mesmas (4) para todos os períodos. Tal representa uma proporção um pouco diferente para os diferentes períodos mas não é significativo.

### **Posição Desfavorável**

Detectámos uma associação positiva com o período de Novembro 92 - Dezembro 92.

57% das posições expressas neste período são desfavoráveis a este partido. Essas tomadas de posição resultam, quase na totalidade, dos confrontos entre MPLA e UNITA ocorridos em 31 de Outubro e 1 de Novembro em Luanda.

Verifica-se uma divergência entre estes resultados e a percepção manifestada pelos políticos angolanos C e E que caracterizaram o tratamento dado pela imprensa portuguesa aos acontecimentos referidos como favorável ou, pelo menos, neutro relativamente ao MPLA.

Os dados contrariam também a capacidade de "controlo" da imprensa portuguesa pelo MPLA que os políticos da UNITA alegaram.

É igualmente infirmada a afirmação de um alguns políticos portugueses e jornalistas de que os incidentes de Luanda não teriam introduzido mudanças nas orientações da imprensa ou de que teria mesmo sido dominante a versão do MPLA dos acontecimentos.

## **UNITA**

### **Posição Favorável**

Existe uma associação positiva com o período de Março 91 - Março 92 e uma associação negativa com o período de Março 92 - Novembro 92.

Tal cenário coincide com a percepção manifestada pelos políticos portugueses A, B e D, pelo político angolano C e por vários jornalistas.

### **Posição Desfavorável**

A relação com os períodos de tempo não é significativa.

Saliente-se que esta relação contraria uma percepção praticamente comum a todos os entrevistados - a de que a oposição à UNITA teria aumentado muito com as denúncias de atentados internos aos direitos humanos e com as suas atitudes antes e depois das eleições. Como vimos com os dados relativos às posições favoráveis, o que se registou foi um decréscimo nas manifestações de apoio.

## **Jonas Savimbi**

### **Posição Favorável**

Verifica-se a existência de uma associação positiva com o período de Março 91 - Março 92.

### **Posição Desfavorável**

Há uma associação negativa com o período de Março 91 - Março 92.

Estes resultados e os relativos à posição favorável (a Jonas Savimbi) confirmam a tendência percebida pelos entrevistados relativamente à UNITA.

A partir de Março de 1992 há um acréscimo substancial nas avaliações negativas relativamente a Jonas Savimbi. Os jornalistas C e D estavam correctos na sua apreciação: a representação da acção política da UNITA na imprensa portuguesa passa a ser, em grande medida, personalizada na figura de Jonas Savimbi. A atribuição de responsabilidades passará a ser direccionada, em cerca de 50% dos juízos formulados, para o líder da UNITA (cf. tabela 4).

### **Neutralidade**

Há uma associação negativa com o período de Novembro 92 - Dezembro 92. Neste período regista-se a menor proporção de artigos neutros.

Ao contrário do que foi percebido pelos políticos da UNITA, por vários políticos portugueses e por grande parte dos jornalistas, os acontecimentos de Luanda não foram interpretados de forma neutra ou ambígua pelos autores de editoriais e artigos de opinião.

### **Jornais / Posições**

Nenhuma das posições de favoritismo tem uma relação com a variável jornal. O mesmo se passa com a posição de neutralidade.

É, assim, contradita a afirmação do político angolano B de alguns órgãos de informação fariam um tratamento especialmente favorável da acção da UNITA.

### **MPLA**

#### **Posição Desfavorável**

A associação positiva com o *Público* e a associação negativa com o *Diário de Notícias* vem contrariar a percepção do político angolano A, do MPLA que coloca estes jornais, em termos das orientações dominantes, em paralelo. Designa-os como os mais equilibrados.

Por outro lado, a percepção do político angolano B, relativa ao *Público*, e referida acima, pode ser interpretada como coincidente com estes resultados, se assumirmos

que o favoritismo por uma parte pode traduzir-se, sobretudo, na produção de avaliações negativas da acção do seu adversário.

## **UNITA e Jonas Savimbi**

### **Posição Desfavorável**

Com o *Diário de Notícias*, existe uma relação negativa, isto é, dos quatro jornais este terá sido aquele que se distanciou mais das posições desfavoráveis à UNITA.

Esta verificação vai no sentido oposto da percepção manifestada pelos membros da UNITA que entrevistámos, contrariando também a percepção do político angolano A, atrás descrita.

Por outro lado, o *Expresso* é o jornal mais fortemente associado, de forma positiva, tanto com a posição desfavorável à UNITA como com a posição desfavorável a Jonas savimbi.

É relevante (mas não surpreendente) a conclusão que se pode tirar dos resultados atrás expostos: as preferências dos jornais manifestam-se mais pelas posições desfavoráveis (pela presença ou ausência dessas posições) do que pela expressão de apoio.

A avaliação que *O Independente* fez da política angolana foi caracterizada por juízos negativos, tanto em relação ao MPLA como em relação à UNITA. Tal opõe-se à afirmação do político português B, de que *O Independente* seria "ostensivamente pró-UNITA".

## **Artigos da autoria de membros do MPLA e membros da UNITA**

Os membros do MPLA publicaram, no período considerado, 4 artigos de opinião e os membros da UNITA 6.

O número de artigos da autoria de membros da UNITA e a sua proporção face aos de membros do MPLA contraria a percepção dos políticos do MPLA que entrevistámos, dos políticos portugueses C e D, e de quase todos os jornalistas. A UNITA, a ter tido mais expressão nos jornais analisados do que o MPLA, fê-lo através de jornalistas apoiantes e de personalidades não identificadas expressamente como militantes deste partido.

O *Público* e o *Diário de Notícias* publicou artigos de ambas as facções, enquanto o *Expresso* apenas publicou um artigo de um membro do MPLA.

Os momentos de publicação de artigos por membros dos dois partidos coincidem quase totalmente. A maior parte foi publicada na época das eleições em Angola e na sequência dos confrontos de Luanda.

Note-se que não poderemos considerar como *outputs* políticos apenas os artigos da autoria assumida de actores políticos. A imprensa terá um papel instrumental para os actores políticos também na medida em que os políticos procuram dirigir a "agenda-building" dos *media* e em que procuram influenciar a produção noticiosa, quer na fase de recolha de informação controlando o acesso às fontes, quer na fase de tratamento da informação, "impondo" interpretações específicas dos acontecimentos.

Como tal, quer os artigos de opinião de editores, de redactores e de outros autores (os políticos mantêm ligações com muitos sectores sociais e culturais), quer outros géneros jornalísticos como a notícia e o artigo de análise poderão ser resultantes importantes de uma determinada actuação política. Neste trabalho, analisámos, assim, apenas uma categoria de *outputs* dos políticos na imprensa.

### **Conclusões gerais da análise de orientação**

A análise realizada terá sido útil para podermos inferir conhecimentos acerca da produção e da recepção dessas mensagens (Bardin).

Do confronto das percepções dos políticos e jornalistas entrevistados com os resultados da análise de orientação dos artigos, e com os jornais e autores, poderemos retirar uma conclusão fundamental que se relaciona com a recepção das mensagens, aspecto que nos interessa mais neste estudo. Existe uma divergência frequente entre a percepção que os políticos angolanos têm da orientação dos jornais e a sua real orientação. A emotividade que colocam na análise e as acusações que, permanentemente, dirigem ao adversário terão enviesado as suas análises.

As percepções dos políticos portugueses tanto são confirmadas como infirmadas.

Os jornalistas parecem ter uma percepção coincidente com a realidade, embora haja casos de oposição.

## V. REFERÊNCIA COMPARATIVA À INTERACÇÃO DA POLÍTICA ANGOLANA COM A IMPRENSA NORTE-AMERICANA

O papel dos *media* norte-americanos na interacção entre os sistemas políticos angolano e norte-americano é o objecto de uma análise realizada por E. Windrich, cobrindo um período cronológico que vai de 1977 a 1991.

Os meios de informação norte-americanos, na acepção de Windrich, terão tido uma importância crucial na projecção de Angola como objecto da política externa norte-americana e na justificação da actuação norte-americana relativamente a Angola - nomeadamente, na legitimação do relacionamento com a UNITA.

Os *media* terão sido, também, determinantes para a criação, nos E.U.A., de uma imagem de Savimbi como "freedom-fighter". "The image of Jonas Savimbi as a "freedom fighter" deserving of U.S. support was largely a product of the publicity efforts of the Pretoria regime and American right-wing pressure groups that had unique access to the Reagan/Bush White House. However, that image could not have been publicly conveyed or sustained without the collaboration of the media, or at least those parts of it that were either willing to participate in the public relations campaign or unaware that they were doing so. The media also tended to accept the Cold War context in which the Angolan conflict had been set by the United States and South Africa, regarding this as the rationale for their coverage of a war in a former Portuguese colony in Africa that would have been of little concern to an American audience." (p. 1).

Logo nos anos imediatos à independência de Angola, Windrich identifica nos *media* americanos mensagens de promoção de Savimbi e do seu movimento, sobretudo na imprensa conservadora, mas, também, de forma esporádica, na "mainstream press".

Porém, a maior parte do lapso temporal abrangido por Windrich coincide com a Administração Reagan (1981-1989). A "Doutrina Reagan" para Angola foi a matriz política fundamental, neste período, para todas as opções norte-americanas relativamente a este país. A "Doutrina Reagan" consistia numa estratégia de desestabilização de governos do Terceiro Mundo apoiados pela União Soviética (p. 15).

Savimbi representava uma peça fundamental para essa estratégia. Por seu lado, Savimbi e a UNITA teriam uma forte necessidade do apoio norte-americano, a nível político - para a sua projecção internacional e para o recrutamento de países aliados, e a nível militar.

A simbiose entre estes dois sistemas políticos terá tido nos *media* um canal fundamental para o intercâmbio de mensagens - "unidades" de informação, de propaganda e/ou de influência.

Os *media* são descritos por Windrich, predominantemente, como um output político. Tanto a administração norte-americana como a UNITA (e em muito menor grau, o Governo de Luanda), teriam usado os *media* como um recurso político para atingir objectivos políticos específicos.

Procuraremos identificar alguns desses objectivos, relacionando-os, como fizemos para o caso da imprensa portuguesa, com as etapas do processo de tomada de decisão política.

Os *media* terão suscitado um efeito importante ao nível da constituição de problemas. Savimbi utilizou vários meios (que serão descritos abaixo) como plataforma para lançar apelos ao apoio norte-americano no combate às ofensivas do Governo do MPLA, alegadamente dirigidas pela União Soviética - por exemplo, na sequência da batalha de Mavinga em 1985.

"As the Angolan war intensified in 1987-88, Savimbi's supporters had to ensure that U.S. aid for UNITA remained "appropriate and effective"(...) One sure means of doing so was to portray the Soviet-Cuban threat to overwhelm Savimbi's forces as real and imminent.(...) Since the U.S. had been arming UNITA (...) any increment in Soviet military assistance for the MPLA was regarded as a threat not only to UNITA's survival but to the prestige of the patron as well" (p. 63).

Para obter apoios continuados dos E.U.A. foi, assim, crucial para a UNITA representar o conflito angolano como um expoente da Guerra Fria e como um perigo para a posição ocidental nessa guerra. O MPLA era então representado pela UNITA, e seus apoiantes, junto dos *media* como uma enorme ameaça comunista. "UNITA supporters also mobilized their allies in the media (...) who used the opportunity to whip up American fears of a Soviet challenge in southern Africa." (p. 46). "The refusal of aid to UNITA would be taken as a "signal by all countries in the region that the U.S. had abandoned them to the Soviet as the west abandoned Czechoslovakia and Eastern Europe to Hitler in 1938." (p. 51). A representação das questões desta forma seria também orientada para a adopção de determinadas respostas pelo sistema político norte-americano.

Por outro lado, os *media* serviram para a projecção de Savimbi como figura política incontornável e para ganhar legitimidade e notoriedade. "Columnists Evans and Novak, for example, reported that even "liberal" senators and congressmen now considered Savimbi "a major African player whom the U.S. must not ignore (...)" (p. 78).

As intervenções nos *media* realizadas pela UNITA terão procurado suscitar determinadas respostas por parte do sistema político norte-americano. Segundo Windrich, essas intervenções terão surtido alguns reflexos na adopção de respostas por parte dos E.U.A.

Várias iniciativas de ajuda militar (ou de reforço da ajuda) seguiram-se a campanhas mediáticas e de relações públicas da UNITA, bem organizadas.

A partir de 1988, quando se iniciaram as negociações para a paz em Angola, a estratégia de Savimbi terá mudado - passou a apresentar-se como um lutador pela paz e não como um lutador pela guerra. Mas terá continuado a desenvolver o mesmo tipo de utilização da imprensa.

As suas declarações à imprensa visaram, em determinado momento, fazer participar os E.U.A. nas negociações, apresentando os Governos africanos participantes como aliados do MPLA. A actuação de Savimbi terá tido efeitos nas opções de Bush, que decidiu ter um papel mais activo nas negociações.

A imprensa norte-americana terá tido um papel importante na avaliação da acção dos actores políticos angolanos. Windrich sugere que essa avaliação dependeu de factores diversos: da orientação política dos órgãos de informação, das estratégias mediáticas utilizadas pelos actores políticos angolanos e das orientações da administração americana - que pesariam nos juízos formulados pelos profissionais da informação.

Windrich caracteriza a cobertura mediática norte-americana das questões angolanas, em geral, como visivelmente favorável a Savimbi. Uma das explicações para esta orientação poderá residir no facto de que as fontes políticas oficiais terão sido a origem principal da informação veiculada pelos *media* norte-americanos: "(...)official sources, either spokesmen for the Reagan/Bush administrations or agents of Pretoria regime, both of which have a vested interest in promoting Savimbi's cause" (p. IX).

O mais forte apoio a Savimbi terá vindo da imprensa apelidada como conservadora ou de direita ("right wing") - publicações como o *Washington Times*, *Human Events*, *National Review*, *Commentary*, *Spotlight on Africa*, *Reader's Digest* e *American Spectator*.

Até 1988, a maior parte da imprensa americana veiculou posições favoráveis a Jonas Savimbi, e serviu a sua pretensão de influenciar os actores políticos e a opinião pública americana e de outros países - por exemplo, através de uma sobrevalorização dos seus feitos e potencialidades militares (p. 12), através da difusão de propaganda falseosa acerca de armas químicas alegadamente utilizadas pelo MPLA com o objectivo de desgastar a sua imagem (p. 95), etc.

A imprensa sul-africana terá, também, dado um contributo importante para a difusão de avaliações positivas da UNITA e terá tido repercussões sobre a imprensa norte-americana (p. 99 e ss.).

A avaliação da UNITA terá sido direccionada pela própria esfera política americana - nas visitas de Savimbi aos E.U.A. as declarações oficiais dos políticos americanos terão tido um lugar importante na agenda dos *media*.

A partir de 1989, a imagem da UNITA, e a de Savimbi em especial, começam a sofrer o impacte da denúncia de atentados aos direitos humanos, realizada por alguns dissidentes. "(...) Savimbi was no longer "the star of the news media", having been criticized by the most influential of them, including the *New York Times*, *Washington Post*, Cable News Network and even publications (...) belonging to conservative political groups." (p. 131).

Por outro lado, a partir de 1988, o MPLA começou a investir na promoção da sua imagem. Recorreu, pela primeira vez, aos serviços de uma agência de relações públicas e à publicação de artigos na imprensa, em que se caracterizava Savimbi como um "agente secreto sul-africano", denunciando sua duplicidade.

A imprensa passou, assim, a ser utilizada pelos dois principais partidos angolanos.

### **Meios de influência e/ou utilização da imprensa**

A UNITA organizou, quase desde o início da guerra civil, visitas de jornalistas à Jamba, o seu quartel-general, com o fim de difundir uma imagem positiva da organização.

Windrich denuncia a manipulação, com fins propagandísticos, dos jornalistas nessas visitas. A informação passada nas conferências de imprensa dadas por Savimbi na Jamba seria difundida quase sem alterações nos *media* americanos. Windrich refere a dificuldade em aceder à perspectiva governamental e a falta de espírito crítico dos jornalistas como explicações para grandes enviesamentos na cobertura da realidade angolana (por vezes, mesmo, com graves erros factuais), favorecendo a UNITA.

Por outro lado, nos E.U.A., a UNITA terá tido um conjunto de *lobbies* com grande capacidade de influência. Trata-se, sobretudo, de instituições de orientação conservadora como a Heritage Foundation, a American African Affairs Association, a Freedom House, o American Enterprise Institute, e muitas outras.

Para além do mais, a UNITA recorreu aos serviços de uma empresa de relações públicas - a Black, Manafort, Stone & Kelly - desde 1985.

O facto de ter porta-vozes nos E.U.A. terá, também, aumentado a sua capacidade de influenciar as representações mediáticas.

Savimbi, nas suas visitas revelou uma grande capacidade retórica, capaz de conquistar a imprensa. "In accounting for his success in public relations, he maintained that in contrast with the Angolan's government's "fallacious and fraudulent communiqués" that were rarely published in the overseas media, UNITA's "balanced, precise and opportune communiqués" readily found their way into print. The reason for this discrepancy, in his view, was that, while UNITA had nothing to hide from foreign journalists, "on the other side of the barricade everything is secret because everything is a lie". (p. 32).

A UNITA e os seus apoiantes teriam uma grande capacidade de "colocar" artigos nos jornais, e este movimento contou, ainda, com a "simpatia" de alguns jornalistas como Fred Bridgland (mais tarde dissidente) e Jeane Kirkpatrick.

A utilização dos *media* americanos pela UNITA terá sido semelhante à sua utilização dos *media* portugueses. Os meios de influência utilizados foram, em grande parte, os mesmos. Pretendeu intervir em ambos os casos sobre o processo de decisão de actores políticos de outros sistemas políticos, embora os objectivos visados fossem, em parte, distintos. Nos E.U.A. contou, à partida, com a "aliança" do poder político.

Segundo Windrich, os *media* americanos teriam funcionado, fundamentalmente, como um recurso político de promoção de uma figura - Jonas Savimbi - e de uma causa - o combate ao comunismo em África. A "ameaça comunista" terá sido o enquadramento dominante para a análise da situação angolana, para a sua avaliação e para a justificação de opções políticas.

Na linha de Chomsky, Windrich concebe os *media* norte-americanos como "servidores" do poder político, reconhecendo-lhes pouca capacidade crítica e autonomia. As reacções dos *media* norte-americanos à assinatura dos Acordos de Bicesse ilustram bem a sua contínua "colagem" à "ideologia" do regime. "(...) the United States media (...) tended to regard the outcome as a "win" for their side, (...) as a victory for the Reagan Doctrine." (p. 172).

Os *media* portugueses terão tido uma maior iniciativa e influência próprias no processo angolano, sobretudo na óptica dos jornalistas.

Por outro lado, o MPLA, em Portugal, terá tido uma maior capacidade de intervenção na imprensa.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho, procurou-se evidenciar o papel da imprensa portuguesa para a política angolana e para as relações entre Angola e Portugal. A importância dessa imprensa na dinâmica da política interna e externa de Angola terá sido, embora de forma incipiente, aqui explicitada.

A relação entre o campo político e o campo dos *media* tem sido objecto de várias análises pertinentes. A originalidade do nosso estudo reside no facto de analisarmos a utilização que um sistema político faz, não da imprensa nacional, mas da imprensa estrangeira, e a forma como essa imprensa estrangeira interfere nesse e noutros sistemas políticos.

Na percepção de políticos e jornalistas entrevistados, a imprensa portuguesa é um importante instrumento de política interna e externa para os dois principais partidos angolanos.

A política interna angolana processar-se-á em múltiplos níveis - dentro e fora do país. A imprensa portuguesa permitiu a amplificação e a internacionalização de questões internas angolanas.

O'Heffernan referiu-se, relativamente aos E.U.A., à politização interna de questões de política externa, por influência dos *media*. Na situação que analisámos, regista-se um efeito contrário - um processo de internacionalização de problemas internos, por influência dos *media*, e pela sua utilização pelos actores políticos. Os *media* (sobretudo os portugueses e os norte-americanos) terão modificado a estrutura dos fluxos de informação entre Angola e outros países tendo, em muitos aspectos, suplantado os canais diplomáticos.

Ao mesmo tempo, os *media* portugueses terão projectado o estatuto da opinião pública nacional e internacional, face ao conflito angolano, induzindo algumas mudanças na prática política dos seus agentes políticos (por exemplo, ao nível do discurso utilizado).

Simultaneamente, esses mesmos *media* terão sido utilizados no sentido de gerar apoio internacional.

A utilização dos *media* poderá ter aumentado a capacidade negocial e reivindicativa das partes - sobretudo da UNITA, na óptica dos políticos portugueses e dos jornalistas. Num contexto de conflito nacional, a UNITA, como movimento de oposição ao detentor do poder político procurou expressar-se nos *media* externos, promovendo as suas causas e exercendo pressão sobre problemas internos.

Como órgãos de informação credíveis e, para as questões angolanas, com alguma projecção internacional, os jornais portugueses analisados terão recebido "caxas" jornalísticas da parte de actores políticos angolanos, preferencialmente aos órgãos de informação angolanos. Visaram, por esta via, frequentemente, obter um efeito no próprio país - "efeito boomerang".

Podemos concluir que se faz política interna angolana na imprensa portuguesa. Faz-se aí, também, política externa angolana (em relação a Portugal e em relação a outros países), e ainda política externa portuguesa (em relação a Angola). Afigura-se-nos, porém, que a imprensa portuguesa tem mais efeitos na política interna angolana do que nas relações entre Portugal e Angola.

A realidade analisada apresenta muitas semelhanças com o modelo de P. O'Heffernan, relativo aos E.U.A. De entre as diferenças encontradas, quanto às modalidades de influência da imprensa nos processos políticos, destacaríamos uma. Refere-se sobretudo à etapa de adopção de repostas, a mais decisiva do processo político, e classifica os *media*, em determinadas situações, como impulsionadores da acção política. Nalguns casos, segundo os jornalistas, os *media* chamam a atenção para os problemas (1ª etapa) e induzem os decisores políticos a optar por uma determinada solução para os mesmos. A confirmar-se, tal representaria um poder importante dos *media*.

Relativamente à utilização da imprensa pelos actores políticos, as conclusões deste estudo apresentam notáveis diferenças face ao modelo de O'Heffernan em que grande parte dos usos dos *media* identificados visavam a própria actividade política dos agentes desse uso. No caso estudado, constatámos que o recurso aos *media* como *output* político visava obter efeitos sobre outras partes - sobre o adversário dentro do mesmo sistema político, ou sobre actores de outros sistemas políticos.

Para o caso estudado, poderemos afirmar que, globalmente nas relações que os políticos mantêm com outros políticos através dos *media*, foi identificada a função de "agenda-setting", algo inédito relativamente a O'Heffernan. Os políticos usam a imprensa para constituir problemas - determinar aquilo em que os outros políticos devem pensar e actuar; usam-na também para valorizar as questões - definir a posição relativa de um problema numa escala hierárquica; fazem-no ainda para estabelecer um "timing" - para marcar um tempo para a acção da parte visada.

Para além do referido, os políticos agem, através da imprensa sobre a formulação e adopção de respostas por parte de outros actores políticos. Fecham o seu leque de opções, forçando-os a uma determinada opção. Publicitando factos políticos pelos

*media*, pressionam o adversário a tomar ou não determinada decisão ou tornam irreversível uma decisão tomada. Este efeito pode, como referimos, ser exercido sobre outros sistemas políticos (esferas políticas de outros países), como foi o caso de Portugal nas relações com Angola.

Por outro lado, os actores políticos, para além de utilizarem a imprensa para gerar apoio para as suas posições e interesses, usam-na para gerar oposição ao adversário, prejudicando a sua imagem junto dos públicos e dos outros sistemas políticos, e podendo com isso afectar as respostas desses sistemas.

Os agentes políticos inquiridos recorrem também a *outputs* mediáticos para interferir no ritmo da acção política das outras partes - acelerá-lo (O'Heffernan refere-se a um "fast-forward effect") ou abrandá-lo, refreando a acção política.

Face a um certo estereótipo dos *media* norte-americanos como tendo um grande poder, e capacidade de penetração no campo político (pelo menos, em relação à política interna), é surpreendente o facto de, relativamente às realidades angolana e portuguesa, se terem identificado semelhanças com a realidade americana descrita por O'Heffernan, e mesmo relevantes formas inéditas de interpenetração entre os sistemas político e mediático.

Os estudos sobre o impacte dos *media* nos processos de tomada de decisão têm situado a sua influência, de forma predominante ou mesmo exclusiva, nas duas primeiras etapas - identificação dos problemas e formulação de respostas. A percepção, tanto dos políticos, como dos jornalistas entrevistados neste estudo, diverge substancialmente das conclusões descritas. Situar a intervenção da imprensa, fundamentalmente, na etapa central do processo de tomada de decisão - adopção de respostas (sobretudo os jornalistas), e nas etapas finais - implementação e, em especial, avaliação (sobretudo os políticos).

Foi também relativamente à etapa da avaliação da acção política que os actores políticos angolanos consideraram ter sido direccionada mais intensivamente a utilização da imprensa.

Segundo as conclusões de Linsky, Graber e outros autores, o tipo de influência transmitido aos actores políticos pelos *media* seria, caracteristicamente, de "agenda-setting". Tal como é tradicionalmente concebido, o efeito de "agenda-setting", relaciona-se, primordialmente, com a constituição dos problemas. A imprensa definiria as questões que seriam objecto de consideração pelos públicos e pelos políticos, e a importância relativa de cada uma delas.

O modelo de "agenda-setting" parece-nos traduzir apenas parcialmente os efeitos cognitivos das mensagens mediáticas sobre os seus vários públicos. Ao centralizar os efeitos dos *media* na constituição de uma agenda temática dos públicos, excluindo outras formas de influência, parece-nos limitativo. Admitimos que a formulação de soluções para os problemas e a própria adopção de respostas podem ser dirigidas pela representação mediática dos problemas.

Por outro lado, como foi salientado, os políticos entrevistados (e, em menor medida, os jornalistas) atribuíram à imprensa a capacidade de intervir na avaliação que os sujeitos fazem das questões políticas. Verificámos, com a análise de textos de imprensa, que há uma divergência importante entre a percepção dos políticos e a real orientação avaliativa dos textos mediáticos. Haveria que explorar as razões explicativas deste enviesamento nas percepções dos políticos.

Para lá da fundamental influência cognitiva que pode ser atribuída aos *media* em todas as etapas do processo de tomada de decisão, verificámos também, no nosso estudo, que junto dos actores políticos os *media* desencadeiam, muitas vezes, importantes efeitos comportamentais (que dependem, naturalmente, da dimensão cognitiva). Por pressão mediática, os políticos têm frequentemente que decidir actuar e fazê-lo de determinada forma.

Por outro lado, face aos actores políticos a influência mediática adquire, por vezes, contornos de compulsividade, em especial quando os *media* geram uma "pressão" pública importante. Os actores políticos são "obrigados" a agir num determinado sentido pois, se o não fizerem serão sancionados pelos públicos (eleitores) e pelos *media* (formadores de opinião e, também, reflexos dessa opinião).

As conclusões deste trabalho, relativamente ao efeito de "agenda-setting", contrariam, parcialmente, a orientação genérica da investigação recente sobre esta questão relativamente ao lapso temporal em que é relevante esse efeito. O estudo do efeito de "agenda-setting" tem vindo a afastar-se da análise dos efeitos imediatos e a valorizar "os efeitos a longo prazo, que ultrapassam o simples episódio comunicativo." (Wolf, 1987: 148). Esta orientação tem sido aplicada ao estudo do efeito dos *media* junto do público geral. Junto dos políticos, como público dos *media*, as mensagens mediáticas poderão suscitar um efeito de curto prazo, quase imediato, incidindo, de acordo com a percepção dos políticos portugueses e dos jornalistas, sobre as etapas de formulação e adopção de respostas. Os textos mediáticos isoladamente, como episódios comunicativos, poderão ter, então, face aos políticos, um alcance importante.

O modelo de "agenda-setting" não poderá continuar a assentar na concepção de causalidade simples que caracterizou as suas primeiras formulações. Terá que ser revisto a vários níveis. O efeito de "agenda-setting" deverá ser concebido como contingente - dependendo de um conjunto de circunstâncias de vária ordem. Por outro lado, este modelo deverá integrar as conclusões de outras correntes de investigação. Para tal, a psicologia cognitiva deverá constituir uma base teórica fundamental.

Procurámos neste trabalho avaliar, simultaneamente, o impacte da agenda dos *media* sobre a agenda política e o da agenda política sobre a agenda dos *media*. Esta questão tem conduzido a conclusões por vezes radicalmente opostas, ora sendo a imprensa caracterizada como um poder autónomo nas sociedades actuais, ora como um instrumento manietado arbitrariamente pelos actores políticos.

No caso que analisámos pensamos existir uma interacção entre a agenda dos *media* e a agenda política - um processo de influência mútua entre as prioridades políticas e as prioridades da informação mediática (os temas de maior destaque nessa informação e as formas de os interpretar).

Os meios de imprensa portugueses terão, na óptica de alguns políticos portugueses e dos jornalistas, uma função de "agenda-setters" para a esfera política. Parece-nos, de facto, que os *media*, como instituições, entraram nas agendas políticas. A medida em que o conteúdo das suas mensagens se reflectirá na agenda dos actores políticos variará em função de diversos factores mas é, em qualquer caso, relevante.

Por outro lado, como vimos, os actores políticos procuram estabelecer a agenda de outros actores políticos através dos *media*.

Esta relação pode passar ou não pela agenda pública. Parece-nos que a maior parte dos efeitos identificados neste estudo, que foram suscitados pelos, ou através, dos *media*, no campo político, não integram a agenda pública. Quer a investigação jornalística e/ou a publicação de um texto jornalístico, quer a intervenção dos actores políticos na imprensa terão suscitado, muitas vezes, consequências políticas sem uma mobilização e pressão importantes da opinião pública.

A conceptualização dos *media* ou como passivos instrumentos dos actores políticos ou como poderosos determinadores de resultados políticos parece-nos intrinsecamente errónea. Parece-nos que estas caracterizações do papel dos *media* não se devem apresentar como exclusivas pois os *media* assumem ambos os papéis. Por um lado, os meios de informação são usados pelos detentores de várias formas de

poder como instrumentos para alcançar determinados fins. Nos jogos dos actores políticos, sobretudo, os *media* são, cada vez mais, recursos imprescindíveis. Por outro lado, os *media* têm adquirido uma capacidade de, autonomamente, influenciarem o curso da actividade política. Tornaram-se participantes importantes nos processos políticos.

Um melhor conhecimento das funções e efeitos dos *media* nos processos políticos, pode permitir um esclarecimento das condições de acção política e uma melhor identificação das opções possíveis, por parte dos actores políticos. Pode contribuir, assim, para uma mais esclarecida tomada de decisão e para a formulação de estratégias que integrem, adequadamente, os papéis dos *media*.

Por outro lado, estes conhecimentos poderão ter interesse para os profissionais da informação pois permitir-lhes-ão estar mais conscientes do impacte dos seus trabalhos nos meios políticos.

Não se pretende atribuir às conclusões deste estudo uma validade geral. É uma análise situada, no tempo e no espaço, e que tem, naturalmente, várias limitações. Repita-se, a este propósito, que existe uma grande dificuldade em estabelecer relações de causalidade relativamente aos efeitos dos *media*. Por outro lado, os aspectos de natureza psicológica envolvidos neste estudo, referidos no capítulo da metodologia, terão constituído um entrave para um conhecimento mais rigoroso da teia de relações que une os sistemas político e mediático. A proximidade do período analisado constituiu, também, uma barreira para o conhecimento do ocorrido.

A complexidade e a importância da interacção entre os sistemas político e mediático requerem a intensificação da investigação neste domínio, e a integração das conclusões de estudos parcelares, para uma melhor compreensão desta temática. Há necessidade de trabalhar na teorização desta área e de construir esquemas englobantes e flexíveis de descrição e relação das implicações entre as esferas política e mediática.

**BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL**

- ANDERSON, J. (1975), *Public Policy-Making*, New York, Praeger
  
- ARNO, A. (Coord.) (1984), *The News Media in National and International Conflict*, Colorado, Westview Press
  
- BARDIN, L. (imp. 1988), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70
  
- COHEN, B. (1963), *The Press and Foreign Policy*, Princeton, N. J., Princeton University Press
  
- COSTA, F. M. (1994), *Cronologia do Processo de Paz em Angola*, no prelo
  
- GRABER, D. (1993), *Mass Media and American Politics*, Washington, Congressional Quarterly Inc.
  
- KOSICKI, G. (1993), "Problems and Opportunities in Agenda Setting Research", *Journal of Communication*, vol. 43, nº 2
  
- O'HEFFERNAN, P. (1991), *Mass Media and American Foreign Policy*, Norwood, Ablex
  
- SAPERAS, E. (1993), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto, Asa
  
- WINDRICH, E. (1992), *The Cold War Guerrilla: Jonas Savimbi, the U.S. Media and the Angolan War*, Westport, Greenwood Press
  
- WOLF, M. (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Presença
  
- X (1991), "Portugal e as Conversações entre o MPLA e a UNITA", *Política Internacional*, vol.1, nº 3

## APêNDICE

### LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS

#### ACTORES POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS PORTUGUESES

- **Paulo Viseu Pinheiro** - Diplomata. Participou nas negociações para a paz em Angola e na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).
- **Queiroz de Ataíde** - Diplomata. Participou nas negociações para a paz em Angola e na CCPM.
- **Leonor Ribeiro da Silva** - Assessora de Imprensa de Durão Barroso.
- **Fernando Marques da Costa** - Deputado do Partido Socialista. Observador das Eleições em Angola.

#### ACTORES POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS ANGOLANOS

- **Helder Lucas** - Conselheiro da Embaixada de Angola em Portugal.
- **Francisco Simons** - Adido de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal (até 1994).
- **Carlos Morgado** - Membro da representação da UNITA em Portugal.
- **Isaac Wambebe** - Membro da representação da UNITA em Portugal.
- **Simão Cacete** - Candidato às eleições presidenciais de Angola, de 1992, apoiado pela AD - Coligação Angola Democrática, formada por quatro partidos.

#### JORNALISTAS

- **Adelino Gomes** - Jornalista - *Público*
- **António Matos** - Jornalista - *Público*
- **Ferreira Fernandes** - Jornalista - *Diário de Notícias*
- **Martinho de Castro** - Editor - *Diário de Notícias*

- **Benjamim Formigo** - Editor - *Expresso*

- **Rui Ramos** - Jornalista - *Expresso*

## ADENDA

### CRONOLOGIA DE ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E MILITARES EM ANGOLA - 1991-1992

1990

Relizam-se cinco rondas negociais em Portugal entre o MPLA e a UNITA, sob mediação portuguesa e com a participação de observadores americanos e russos.

1991

#### **Janeiro**

10.01.91 - António Monteiro reúne em Lisboa com Alexandre Smirnov e Robert Perito, observadores das negociações.

12.01.91 - Mário Soares recebe Lopo de Nascimento.

#### **Fevereiro**

05.02.91 - Apesar de prevista no calendário oficial das negociações não se efectua a sexta ronda negocial agendada para Lisboa.

#### **Março**

04.03.91 - Reunião em Lisboa entre a mediação portuguesa e os observadores norte-americano e soviético com o intuito de aprovar um documento visando lançar as bases para o desenvolvimento do esforço negocial.

18.03.91 - A UNITA decide transformar-se em partido político.

26 - 30.03.91 - Discussão e aprovação, pela Assembleia do Povo, das leis que instauram o multipartidarismo e garantem as liberdades públicas.

#### **Abril**

04.04.91 - Em Bicesse, as delegações da UNITA e do Governo angolano iniciam um audaz programa de trabalhos - debater tudo, de forma pormenorizada e em regime "non-stop".

08.04.91 - António Monteiro encontra-se com Lopo do Nascimento em Paris.

09.04.91 - Monteiro recebe o general Alicerces Mango em Lisboa.

### **Maio**

01.05.91 - Lopo do Nascimento e Jeremias Chitunda, representantes do Governo de Angola e da UNITA, rubricam os Acordos do Estoril.

15.05.91 - O Governo angolano e a UNITA informam o Executivo de Cavaco Silva da aceitação formal dos Acordos do Estoril e da suspensão imediata das hostilidades.

31.05.91 - O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, assinam formalmente, em Portugal, os Acordos de Paz para Angola.

### **Junho**

17.06.91 - Realiza-se em Luanda a primeira reunião da Comissão Conjunta Político-Militar. Presidem às respectivas delegações: Lopo do Nascimento (Governo de Angola); Salupeto Pena (UNITA); António Monteiro (Portugal); Jeffrey Millington (EUA); e Vladimir Petukhov (URSS).

27.06.91 - Primeira participação da Missão das Nações Unidas para o Processo Eleitoral em Angola (UNAVEM) nas reuniões da CCPM.

29.06.91 - Uma delegação da CCPM encontra-se na Jamba com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi.

### **Julho**

20.07.91 - Dá-se início ao Processo de Libertação de Prisioneiros.

24.07.91 - Lopo do Nascimento é substituído pelo General Dino Matross na chefia da delegação do Governo de Luanda na CCPM.

### **Agosto**

23.08.91 - A CCPM anuncia que, ao contrário do previsto, ainda não se verificou nenhum acantonamento de tropas.

### **Setembro**

04.09.91 - Cavaco Silva visita Luanda.

10.09.91 - O Governo de Luanda anuncia o acantonamento de 54 117 militares em várias zonas do país.

10.09.91 - Na sequência da visita de Cavaco Silva, a UNITA suspende os seus trabalhos na CCPM.

20.09.91 - O general França N'Dalu passa a liderar a delegação do Governo angolano na CCPM.

29.09.91 - Jonas Savimbi chega a Luanda pela primeira vez após 16 anos de guerra civil.

03.09.91 - José Eduardo dos Santos recebe Jonas Savimbi no Futungo de Belas.

### **Outubro**

09.10.91 - É aprovada a directiva sobre a formação das Forças Armadas Angolanas (FAA).

31.10.91 - A UNITA transfere a sua sede da Jamba para Luanda.

### **Novembro**

12.11.91 - O Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, o Subsecretário de Estado americano, Herman Cohen, e o responsável por África do MNE russo, Alexander Smirnoff, encontram-se em Luanda.

14.11.91 - Tomada de posse do Conselho Superior das FAA.

29. 11.91 - Cerimónia formal, em Quibaxe, do início do Processo de Extensão da Administração Central.

### **Dezembro**

03.12.91 - Início do primeiro curso da Escola de Formação de Oficiais Superiores dirigido a 50 militares oriundos das FAPLA e das FALA e que deverão integrar as futuras FAA.

1992

### **Janeiro**

10.01.92 - Tomada de posse dos chefes e adjuntos do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas.

### **Fevereiro**

20.02.92 - Visita da representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Margareth Anstee.

27.02.92 - O Ministro da Defesa de Portugal, Fernando Nogueira, visita Angola.

### **Março**

06.03.92 - Primeiras notícias sobre a deserção da UNITA por parte de Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, dirigentes daquele movimento.

12.03.92 - N'Zau Puna, em declarações à Voz da América, acusa a UNITA de falta de democracia interna e de violações dos direitos humanos. Acusa Savimbi dos homicídios de Tito Chingungi e Wilson dos Santos e respectivas famílias.

12.03.92 - No âmbito da CCPM, é criada a Comissão Contra Propaganda Hostil.

25.03.92 - Jonas Savimbi confirma a existência de violações dos direitos humanos no interior da UNITA, acusando Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes da sua autoria. Acusa também Portugal de estar a explorar a crise do seu partido em favor do MPLA.

26.03.92 - Eduardo dos Santos anuncia a data das eleições: 29 e 30 de Setembro.

26.03.92 - O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade o envio de 400 observadores para fiscalizar as primeiras eleições livres em Angola.

31.03.92 - Início do Processo de Desmobilização.

## **Abril**

06.04.92 - Início do 2º curso de oficiais na escola do Huambo.

13.04.92 - Herman Cohen visita Angola e reúne-se com os intervenientes no processo de paz, reiterando a "obrigação das eleições se realizarem na data marcada".

21.04.92 - Savimbi desmente no Uíje notícias de que a UNITA teria 20 mil homens armados na fronteira angolo-namibiana para tomar o poder antes ou depois das eleições.

## **Mai**

23.05.92 - Início do Processo de Registo Eleitoral.

30.05.92 - José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi fazem o balanço de um ano da aplicação dos acordos de paz, numa reunião no Futungo de Belas.

## **Junho**

04.06.92 - O Papa João Paulo II inicia uma visita pastoral de seis dias a Angola, onde encerrou as celebrações dos 500 anos de evangelização.

## **Agosto**

10.08.92 - Encerramento do registo eleitoral. De um total estimado de 5,3 milhões de eleitores foram registados 4,83 milhões.

26.08.92 - Revisão da Constituição: o sistema político passa a semipresidencial e a designação de República Popular de Angola passa a República de Angola.

28.08.92 - A UNITA reúne no Lobito a sua primeira convenção nacional para aprovar a plataforma e manifesto eleitoral e as grandes linhas do programa do seu governo. Savimbi acusa o MPLA de utilizar, na altura, a polícia anti-motim para intimidar os simpatizantes da UNITA.

29.08.92 - Começa a campanha eleitoral.

29.08.92 - Bié - Confrontos entre simpatizantes e militares da UNITA e do MPLA, na sequência de uma manifestação política deste partido. Na sequência dos incidentes,

verificou-se a morte de um soldado e um oficial do exército governamental (FAPLA) e o ferimento de cinco populares.

30.08.92 - Huambo - Uma caravana do MPLA é atacada à saída do Logonjo por elementos da UNITA. Na caravana seguia o director da campanha do partido no poder, Kundi Payama, que diz ter sido vítima de um atentado. Morreu um jovem adepto do partido no poder e registaram-se doze feridos.

## **Setembro**

04.09.92 - Cabinda - Militares das FAPLA amotinam-se, reclamando pagamento de salários em atraso, pedindo alimentos e exigindo a desmobilização. Balanço: nove mortos, número indeterminado de feridos.

04.09.92 - Os observadores internacionais através dos seus representantes na CCPM, emitem um comunicado condenando os incidentes do início da campanha, pelos quais responsabilizam as duas partes.

07.09.92 - José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi reúnem-se em Luanda para analisarem as questões relacionadas com a aplicação dos acordos de paz.

08.09.92 - Na sequência de um encontro com Eduardo dos Santos, Durão Barroso anuncia a aceitação pelo MPLA e pela UNITA da formação de um governo de unidade nacional.

10.09.92 - Jorge Valentim, Secretário da UNITA para a Informação, desmente a existência de um acordo com o MPLA quanto a um governo de "reconciliação nacional". Admite a abertura de um futuro governo a personalidades de outros partidos.

19.09.92 - Luanda - Cinco pessoas morreram e dois soldados das FALA ficaram feridos, segundo fontes policiais, na sequência de confrontos envolvendo simpatizantes e militares da UNITA, e agentes da polícia e simpatizantes do MPLA. Na véspera, um agente da polícia antimotim tinha sido morto com dois tiros na cabeça, estando por apurar a autoria dos disparos.

19.09.92 - Lubango - Na localidade de Caluquembe, polícia e FALA voltaram a estar envolvidos em incidentes, alegadamente depois da tomada por elementos do exército da UNITA do Comando Municipal da Polícia.

19.09.92 - Luena - Incidentes entre militares e simpatizantes da UNITA e do MPLA, envolvendo também a polícia, saldaram-se em oito mortos e um número de feridos não determinado.

19.09.92 - Sumbe - Agentes da polícia amotinados e elementos das FALA envolveram-se numa troca de tiros depois de um polícia ter sido vitimado por disparos, em frente de um edifício onde estava armazenado o material de propaganda da UNITA.

20.09.92 - Kuito - Elementos das FALA aprisionaram onze elementos que dizem pertencer à polícia antimotim (mas que o MPLA diz fazerem parte da guarda presidencial), que desembarcaram no aeroporto do Kuito, momentos antes da chegada de Jonas Savimbi. Alegadamente, os elementos detidos pela UNITA preparavam a visita de José Eduardo dos Santos ao município do Andulo, que entretanto não se realizou. Três viaturas que tinham sido entregues à custódia das Nações Unidas foram, entretanto, incendiadas pela UNITA.

30.09.92 - Luanda - Tropas da UNITA invadem a casa do vice-ministro angolano do Interior, contígua à residência de Jonas Savimbi, no Bairro do Miramar, alegadamente para resgatar o armamento ali concentrado.

## **Outubro**

03.10.92 - Jonas Savimbi dirige uma mensagem ao país, através da Vorgan, rádio da UNITA. Recusa os resultados das eleições, "fraudulentas", e retira o crédito aos organismos internacionais: "Não competirá a nenhuma organização internacional dizer que as eleições foram livres e justas." E adverte: "O CNE terá de levar em conta que tudo isto levará a UNITA a tomar uma posição que poderá perturbar profundamente a situação deste país."

04.10.92 - Jonas Savimbi abandona Luanda em direcção ao Huambo, numa operação rodeada de grande secretismo.

06.10.92 - As FALA, que a 27 de Setembro tinham sido extintas "por decreto", abandonam o exército angolano (FAA). O porta-voz desta decisão foi o general Arlindo Pena "Ben Ben", empossado oito dias antes nas funções de chefe de Estado-Maior das FAA, que leu um documento assinado pelos onze generais da UNITA que tinham integrado o exército único.

11.10.92 - A zona nobre de Luanda é palco, pela manhã, de um intenso tiroteio de 40 minutos, na sequência do qual morreram dois civis e cinco militares da UNITA ficaram feridos. O confronto registou-se em frente ao Hotel Turismo, habitado por militares e dirigentes da UNITA, envolvendo tropas deste partido e as Polícias anti-motim e popular.

12.10.92 - Um polícia e um militar da UNITA morreram durante confrontos na Avenida Che Guevara. A troca de tiros deu-se durante a noite, em frente a um edifício onde estão instaladas as antenas de comunicações da UNITA.

15.10.92 - A madrugada de Luanda é sobressaltada pelo rebentamento de um antigo paiol da aviação militar angolana. A UNITA é acusada de sabotagem. O Andulo, terra onde cresceu Jonas Savimbi, é ocupado pelas forças da UNITA que assassinam o segundo comandante das forças governamentais, tenente-coronel Carlos Alberto "Lacrau".

17.10.92 - O anúncio oficial dos resultados das eleições é seguido de confrontos entre militantes e militares da UNITA e do MPLA em Luanda e no Huambo, que causaram a morte de três civis em Luanda e de outros três no Huambo.

18.10.92 - Em Malange, as movimentações de tropas da UNITA intensificam-se. Uma fonte policial citada pela agência Lusa assegura que nove dos catorze municípios desta província estão controlados pelo partido de Jonas Savimbi.

19.10.92 - Em Malange, dois elementos do Conselho Nacional Eleitoral morreram e um terceiro ficou ferido na sequência de disparos contra a viatura em que seguiam. Segundo noticiava a agência Lusa, os três civis transitavam em frente da sede da UNITA.

20.10.92 - Três angolanos descendentes de portugueses morrem, no Huambo, vítimas de um atentado brutal em que ficou ferida uma quarta pessoa. O escritor e cientista

Fernando Marcelino, a mulher e uma sua irmã foram alvejados na cabeça com tiros disparados por três homens, segundo o relato da sobrevivente, a escritora Zaida Dáskalos.

22.10.92 - São divulgadas pelos órgãos de comunicação social angolanos, tutelados pelo Governo, informações de que as forças da UNITA cercam e preparam um assalto à cidade do Kuito, capital da província do Bié, no planalto central. De acordo com as mesmas fontes, a UNITA controla doze dos catorze municípios desta província.

28.10.92 - Novos confrontos entre tropas da UNITA e a polícia antimotim no Bairro do Miramar, em frente à casa do vice-ministro do Interior, Armindo Espírito Santo, provocaram a morte de seis agentes das forças antimotim, na versão da UNITA, três, na versão da polícia.

29.10.92 - A cidade ferroviária da Caála, a 20 quilómetros do Huambo, esteve submetida durante várias horas a um bombardeamento por forças da UNITA, relataram fontes oficiais citadas pela Lusa. Ao fim deste dia, o cenário repetia-se na ex-Nova Lisboa, com tropas do movimento de Jonas Savimbi a tentarem tomar o palácio do governador, que entretanto fugiu para Luanda.

31.10.92 - Em Luanda, ocorreram violentos confrontos entre a UNITA e as forças governamentais que se saldaram em vários mortos. A rádio oficial noticiou uma tentativa de ataque da UNITA contra a sede do MPLA. A UNITA, depois de ter sido impedida de organizar uma manifestação e um comício, tentou também tomar de assalto as instalações do *Jornal de Angola*. Registaram-se múltiplos confrontos na capital, onde se viveu um ambiente de guerra civil.

## **Novembro**

1.11.92 - Prosseguem os confrontos da véspera com um resultado de centenas de mortos. As forças do MPLA capturam altos dirigentes da UNITA - Salupeto Pena, Jeremias Chitunda e Chivukuvuku. A acção dos civis armados parece incontrolável. No Lubango, registaram-se 15 mortos e, no Huambo, UNITA e forças governamentais defrontam-se violentamente.